



Dossiê sobre a agitação e os complôs da linha dura nos quartéis. Panfletos e desenhos pregam saídas sanguinárias. (Pág. 12)

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 58 — DE 5 A 11 DE ABRIL DE 1979

Handwritten notes: "t.h.k.", "13.", "1981", "00197", "501", "016", "21", "597"

TRAMADA REBELIÃO E MORTE DE GENERAIS

Exclusivo

Lula faz um balanço da greve

Em Tempo ouve o que tem a dizer o presidente cassado dos metalúrgicos de São Bernardo. Para Lula, os 15 dias de paralisação mostraram que a greve do ABC foi a mais organizada de toda a história do movimento operário brasileiro. Leia, também, algumas críticas à direção sindical. (Pág. 6)

Ennio Brauns Filho



Inflação: mais um pacto de enrolação.

Pág. 3

D. Angélico

"Toda propriedade particular sem função social é um roubo"

Na campanha da fraternidade deste ano — «Preserve o que é de todos» — D. Angélico propõe que a «primeira defesa que se faça seja a defesa de que o homem tenha acesso à terra».

Pág. 5

O caos urbano e a falácia do planejamento tecnocrático. Milton Santos, em entrevista, avalia a situação das prefeituras das capitais.

Pág. 4

São Paulo - 1954: De luto, o povo sai às ruas em protesto diante da morte de Getúlio. Memórias de Felix Nunes. Segunda parte.

Pág. 4

TEM 30 MILHÕES SEM HABITAÇÃO!



A revista «O Cruzeiro», em sua última edição, partiu para delação policial contra a esquerda e o movimento estudantil. Quem está por trás? Tudo indica que é a velha TFP.

Pág. 8

Reunião da Oposição Sindical

Em Bruxelas, as lutas dos operários brasileiros

Pág. 7

A situação da classe operária polonesa

O Comitê de Defesa dos Operários da Polônia, em um documento contundente, responsabiliza a burocracia pela deterioração das condições de vida das massas no país.

Pág. 9

Tem mais gaúcho no sequestro

Mais quatro nomes de policiais do DOPS e Escola de Polícia envolvidos no sequestro dos uruguaios em Porto Alegre, em 17 de novembro, foram revelados pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha, da revista «Veja», na CPI instalada na Assembléia Legislativa-Rs.

Além dos policiais Pedro Seeling e Orandir Portassi Lucas, o Didi Pedalada, foram apontados os inspetores Arvandil Ferreira da Silva Cardoso e José Cecílio da Cunha, Luiz Nunes da Silveira (conhecido como Chucha e Faustina Elenira Severino).

Os policiais Arvandil e José Cecílio, embora não constassem da lista de funcionários do DOPS, admitiram ser

inspetores nesse órgão e que estavam afastados por motivos de saúde, negando-se a dar maiores esclarecimentos, devido a ordens superiores.

Quando a Luiz Nunes da Silveira e Faustina Elenira Severino, embora não fossem reconhecidos pelo repórter, este diz ter informações seguras de que ambos participaram do sequestro. Faustina, inclusive, foi reconhecida pelo menino Camilo, através de fotos.

O repórter não quis dar maiores esclarecimentos sobre suas fontes, dizendo ser sigilo profissional, limitando-se a afirmar que são coerentes e responsáveis. E mais, que algumas informações que comprovam a participação dos implicados, foram dadas pessoalmente pelos mesmos.

Universidade ocupada

No momento em que se promete maiores liberdades democráticas, abertura do regime, o que percebemos é exatamente o oposto dos demagógicos juramentos. No Rio de Janeiro, a Universidade Santa Úrsula foi mais uma das vítimas da repressão policial: teve o Centro Acadêmico de Psicologia invadido por forças policiais, que detiveram dois estudantes, pelo simples fato de estarem rodando no mimeógrafo da Universidade, uma nota que repudiava a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Os estudantes da Santa Úrsula responderam de imediato, convocando assembleia, mobilizando advogados, imprensa e deputados, e que garantiu que os detidos fossem liberados.

A Reitoria da Universidade expediu comunicado, solidarizando-se com os alunos presos e repudiando atos arbitrários do regime. Immediatamente surgiram manifestações de apoio de todos os setores da população. Assim, os grevistas, reunidos na Assembléia Legislativa, no gabinete da segunda secretaria do MDB — juntamente com a Comissão de Apoio ao Movimento — fixaram uma lista de 11 pontos que passou a representar as reivindicações de

Consumidores, uni-vos!

Está iniciando os trabalhos em São Paulo, uma Associação de Defesa do Consumidor — ADECON-SP, que se propõe a defender os interesses do consumidor, através da conscientização de seus direitos, alertando-o acerca de abusos e encaminhando e apurando queixas e denúncias.

Uma das suas primeiras atividades, ainda sem data marcada, será a campanha do pão, onde se alertará a população para o desrespeito à tabela da Sunab quanto ao peso/preço do pão.

A ADECON está aceitando filiações, que podem ser feitas à Av. Ipiranga, 345, cj. 806, e as informações podem ser obtidas pelo fone 259-8049. A única exigência para se fazer parte da ADECON é não ser proprietário de nenhuma empresa, é lógico.

Henfil nos sindicatos

Com a casa sempre superlotada nos três dias de apresentação em Belo Horizonte, a Revista do Henfil deve ter deixado Ubaldo tremendo de medo. A peça, depois de ter sua apresentação em Brasília impedida por «falta de locais», sofreu um boicote no segundo dia da temporada em Belo Horizonte, quando uma das sessões teve que ser suspensa: os holofotes haviam sido retirados de sua posição original.

Para Ruth Escobar, a Revista significa uma proposta nova em termo de Teatro no Brasil: «Queremos fazer um Teatro de Revista que recupere as raízes populares do Teatro, que recupere a sátira política, uma tradição que existia e que se perdeu no Brasil. Nós já começamos também a formar um circuito sindical; numa primeira fase, nós levamos o espetáculo até o sindicato de graça; depois estabeleceremos um preço para fazer o operário ir ao teatro, de uns 10% do preço normal do ingresso. Estamos pensando em montar várias peças, com a idéia de manter três peças em cartaz, de modo que teríamos sempre um elenco que iria uma semana por mês para a periferia».

Grevistas capixabas pararam a cidade

Numa explosão espontânea, fruto das péssimas condições de trabalho e dos baixos salários que recebem os 10 mil motoristas e trocadores de ônibus da Grande Vitória iniciaram, desordenadamente e à margem do sindicato, o primeiro movimento grevista de Espírito Santo desde 1964.

Na quinta-feira, dia 29 de março, alguns motoristas e trocadores foram encostando seus veículos nas vias públicas e iniciaram passeatas em direção ao Sindicato da categoria. Lá, recebidos pelo presidente e pelo advogado do sindicato, apresentaram suas reivindicações, forçando o sindicato a assumi-las.

Apesar do movimento ter se iniciado desordenadamente, não continuou assim. Immediatamente surgiram manifestações de apoio de todos os setores da população. Assim, os grevistas, reunidos na Assembléia Legislativa, no gabinete da segunda secretaria do MDB — juntamente com a Comissão de Apoio ao Movimento — fixaram uma lista de 11 pontos que passou a representar as reivindicações de

toda categoria. Nela, como exigência básica se fixou o salário em 6.000 cruzeiros para os motoristas e 3.000 cruzeiros para os trocadores — contra os 2.500 cruzeiros e 1.700 cruzeiros atuais registrados em carteira — e 8 horas de trabalho a contar da retirada do carro da garagem e entrega no mesmo local ou no ponto final, ao término do turno.

Apesar da intensa repressão policial e das acusações «infiltrações subversivas», mas contando com apoio entusiástico da população, o movimento está criando força e se ampliando. Na cidade de Cachoeira de Itapemirim — segunda cidade em importância econômica do Estado de Vitória — já no dia 3 de abril também os motoristas e trocadores pararam. Por isto é que em assembleia, realizada no próprio dia 3, os grevistas de Vitória rejeitaram a proposta dos patrões que ofereciam 5.200 cruzeiros para os motoristas e 2.170 para os trocadores. Diante disto, não restou ao sindicato outra alternativa que encampar a greve. O estopim está aceso (Escritório de Vitória).

Concurso de exploração

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte sempre omisa na solução dos problemas da cidade — como no caso das chuvas deste ano — inventou uma nova forma de exploração do trabalho: através de concursos públicos.

Entre 5 e 23 de março estiveram abertas as inscrições do concurso para Auxiliar de Serviços, que é a mesma coisa que «servente de escolas municipais». A prefeitura não cobrou nenhuma taxa de inscrição mas em compensação instituiu uma prova prática inédita: uma jornada de 6 a 8 horas de trabalho numa escola da rede municipal, sem pagar nada ao candidato. Quatro mil e quatrocentas pessoas, homens e mulheres de idade entre 18 e 50 anos se inscreveram e já estão fazendo a tal prova prática, que dura até o dia 16 de abril.

Nesse período a Prefeitura estará ganhando nada mais nada menos que 30 mil horas de trabalho de graça, ou seja Cr\$ 300.000,00 às custas dos candidatos, já que o salário de Auxiliar de Serviços anda pela casa dos Cr\$ 2.360,00 (conforme o próprio edital do concurso).

Depois da prova prática, os candidatos ainda terão de fazer um teste psicotécnico, eliminatório a partir do dia 2 de abril, no Teatro Francisco Nunes.

Os funcionários da Prefeitura não sabem informar o número de escolas a serem abertas pela Secretaria Municipal da Educação ainda este ano, mas sabe-se que muitas delas já estão funcionando sem serviço de limpeza — o que pode bem explicar o fato de existir uma prova prática dessa natureza. (S.M.)

Governo teme professores gaúchos

Quatro mil professores gaúchos reunidos em assembleia no último dia 2 decidiram rejeitar a proposta governamental de 40% de aumento dos salários. A assembleia, convocada pelo Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul e que congrega cerca de vinte mil professores da rede pública e privada de ensino, pressionou o presidente do Centro, Hermes Zanetti, a decretar greve geral da categoria para sustentar a reivindicação de 70% de aumento. A assembleia queria a decretação imediata da greve mas o Sr. Zanetti, tanto manobrou que a greve ficou marcada a partir das 24 horas de 5ª feira, e o Comando Geral da Greve, que deveria ser eleito democraticamente na reunião, acabou sendo composto apenas pelos professores da «confiança» do presidente da entidade.

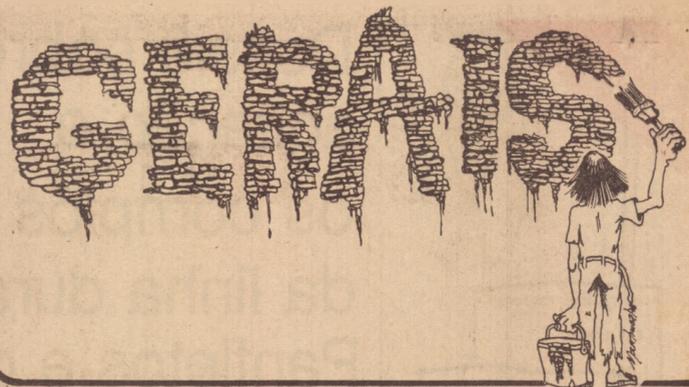
Mas os professores não deixaram por menos. Entre a 2ª e a 5ª feira, reproduziram reuniões em todo o Estado ratificando a decisão da

greve como instrumento de pressão ao governo.

Além disso, assembleias estudantis decidiram se unir à luta dos professores. Num dos colégios mais tradicionais e importantes de Porto Alegre, o Julho de Castilho, 600 alunos reunidos sob a palavra de ordem «Aluno e professor contra o opressor» decidiram fazer uma greve de solidariedade e já organizaram piquetes para ganhar a adesão dos alunos que não estavam presentes.

A repercussão do Estado foi tamanha que o governo já avançou uma contra proposta: conceder mais 15% de aumento (totalizando 55%) desde que os professores não entrem em greve.

No momento de fechamento desta edição, o presidente do Centro de Professores, havia convocado nova Assembleia geral para discutir a proposta do governo. Independentemente de seu resultado, no entanto, o movimento já pode creditar-se uma vitória.



Jornalistas vencem os patrões

A conquista de reajustes salariais de 65,6 a 97 por cento (em alguns casos), a eliminação de uma das três tabelas de salários que existiam no Estado e a revisão dos salários dentro de seis meses foram algumas das importantes vitórias da campanha salarial dos jornalistas mineiros este ano.

Para chegar a este resultado, os jornalistas tiveram como arma uma expressiva mobilização e participação da categoria na campanha. Basta verificar que a primeira resposta dos patrões foi um «não» declarado e assinado pelo Sindicato ao rol de 18 reivindicações dos empregados.

dos. Quanto ao reajuste salarial, os patrões concordavam apenas em «acatar o índice decretado pelo governo».

Mas a situação começou a mudar quando em assembleias os jornalistas foram unânimes em reafirmar suas reivindicações iniciais.

Diante disso os patrões apresentaram à diretoria do Sindicato dos jornalistas, na sexta-feira (dia 26), uma nova contraproposta, na qual já concordavam com um aumento de 15 por cento (vantagem que os jornalistas dos Diários Associados haviam obtido em novembro do ano passado) sobre os

salários do último acordo e a aplicação do índice do governo a partir de 1º de abril (o que totaliza 65,6 por cento de reajuste em um ano). Os patrões cederam também na eliminação da terceira tabela de salários. Desta forma, o menor salário do jornalista cuja empresa paga pela tabela «A» será de Cr\$ 8.031,00 enquanto as empresas da tabela «B» devem pagar Cr\$ 6.668,00. Os jornalistas mineiros aprovaram acordo nas bases negociadas e pretendem agora aumentar a luta para que seu trabalho seja remunerado com idêntico salário, independentemente do órgão de imprensa em que trabalha.



Derrotando o ensino pago

Os estudantes da Universidade Federal de Viçosa (MG), que teve seu campus invadido por um pelotão da PM na última semana, deliberaram, em Assembleia Geral realizada no último dia 29, suspender a greve que mantinham há 14 dias. A greve era, naquele momento, praticamente geral em toda a Universidade, principalmente após a invasão policial, que despertou, generalizado repúdio da comunidade universitária, inclusive por parte de vários professores.

A partir das denúncias feitas pelos estudantes na Assembleia Legislativa e no Congresso, dos deputados federais, Fued Dib e Ronan Tito (MDB-MG) foram até Viçosa e se ofereceram como mediadores entre estudantes e Reitoria.

Durante as negociações os estudantes mantiveram-se em Assembleia Permanente, o que garantiu a aceitação, pela Reitoria, das reivindicações dos estudantes, embora em caráter provisório, «para serem objeto de negociações». Assim foi revogada a portaria que havia majorado o preço das refeições no restaurante universitário de Cr\$ 8,00 para Cr\$ 11,00, garantida a reposição das aulas perdidas e a formação de um Conselho de Morado-

res, ao qual caberia elaborar um novo regimento interno para o conjunto habitacional. Segundo os estudantes, a rigidez da Reitoria nas negociações que estão se processando após a greve exigem que os estudantes se mantenham mobilizados.

Também em Ouro Preto os estudantes conseguiram, após vários dias em greve, o atendimento de suas reivindicações básicas: manutenção pelo MEC da subvenção de 55% dos custos do Restaurante Universitário (administrado pelos estudantes), abono das faltas e manutenção do transporte gratuito no campus.

Em Juiz de Fora, os estudantes estão avaliando a luta pelo congelamento do bandedeio. A invasão da polícia no campus, a pedido do Reitor, para impedir a ocupação pacífica, pelos estudantes, do Restaurante, resultou na prisão de vários estudantes. Destes 4 foram liberados somente 48 horas após a prisão, estando agora sendo chamados a depor. Para os estudantes, o inquérito representa mais uma forma de intimidação, na tentativa de barrar a luta pelo ensino público e gratuito e por melhores condições de vida e ensino, que se desenvolve em todo o estado.

Cantoria

O grupo Machitún montou seu novo show, que vai apresentar no próximo dia 6 de abril, às 21 horas, no Museu de Arte de São Paulo (MASP — Av. Paulista, 1578). «Cantoria» foi o nome escolhido para o espetáculo. O grupo Machitún é formado pelo brasileiro Frederico Góes, pelos chilenos Enzo Merino e Oscar Segovia, e pelo boliviano Pablo Zuñiga. No espetáculo que apresentarão no MASP utilizam-se de um amplo instrumental que vai da viola sertaneja aos charangos e que nas andinas.



Comunidade se defende no Sul

A repressão policial se abateu duramente sobre o movimento comunitário de Porto Alegre. Edílio Macedo, o Edu, presidente da Associação Comunitária do Campo da Tuca, uma das vilas marginalizadas do cinturão de miséria que cerca a capital gaúcha, e onde vem sendo feito um trabalho de mobilização da comunidade, foi preso numa batida conjunta do DOPS e Delegacia de Tóxicos Federal e recolhido ao presídio Central.

A prisão ocorreu no último dia 20, numa fruteira situada

nas imediações do Campo da Tuca, onde a própria polícia «enxertou» uma porção de maconha na bolsa do líder da Tuca e imediatamente o recolheu preso à sede local da Polícia Federal, onde já encontrou pronto o auto de prisão em flagrante e recebeu ordem para assinar. Se negando a aceitar esse ato de violência, foi torturado barbaramente pelos federais e no mesmo dia baixou direto à Enfermaria do Presídio Central.

O fato está sendo denunciado publicamente pela Associação Comunitária do Campo da Tuca, Fracab,

vários sindicatos e entidades independentes que já formaram uma Comissão Pro-Libertação de Edílio Macedo, a qual vem funcionando na sede da Fracab, nos altos do Mercado Público. Essa arbitrariedade já é do conhecimento da OAB, Comissão de Justiça e Direitos Humanos e um grupo de políticos e advogados estão preparando uma grande mobilização popular na tentativa de libertar o líder comunitário.

Assine EM TEMPO:

EM TEMPO:

Operários x Patrões

EM TEMPO:

PRESDENUNCIAM 233 TORTURADORES

O lista completo dos policiais e militares acusados

Nome Profissão

Idade Endereço

Bairro Fone Cidade

Estado CEP End. Comercial

Horário Fone (Estou enviando o cheque n°

do Banco em nome da Editora. Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães 1884. Lourdes. Belo Horizonte MG CEP 30.000.

Em São Paulo. Rua Matheus Grou. 57. Pinheiros. São Paulo. (SP)

CEP 05415. fone 853-6680.

Anual: Cr\$ 600,00

Semestral: Cr\$ 350,00

Exterior

Anual: US\$ 90,00

Semestral: US\$ 50,00

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Paulo Cavalcanti, Valmir Menezes, Luci Ayala, Maria Cândida.

Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges Diagramação: Sergio Papi e Fábio Prado; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Claudio, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Alfredo Maria de Souza. Arquivo e Pesquisas: Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quintero, Silvestre Prado, Valdezer Amorim.

Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. ESCRITÓRIOS — Recife: Antonio Sergio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mirdelo, Fred Navarro, Márcio Tavares, Eliane Veloso, Marina Lima, Mario Everaldo, Riva M. Nogueira; Aracaju: David Dantas. Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. Fortaleza: Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (redação), Daniel Santos, José Saraiva, Vinívio de Araujo (administração) e distribuição) João Pessoa: Aurélio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. Natal: Cícero Correia, Francisco de Assis. Macaé: Régis Cavalcanti. Campina Grande: Jonas Araújo.

Inflação

Se correr, o bicho pega.

Se ficar, o bicho come.

Com a trégua forçada pelo governo na questão da greve surgida no ABC, as atenções e preocupações, agora, momentaneamente, parecem se voltar para o problema da inflação erguida em inimigo número um da Nação. Os números estão aí: 6% em março, acumulando 14% neste primeiro trimestre do ano, e fazendo 46% ao longo dos últimos 12 meses. Desde março de 65 que não se tinha um índice mensal de inflação da ordem deste. Neste contexto, já é corriqueiro dizer-se entre os empresários e corretores ministeriais que 5 anos depois, tudo se repete: estouro inflacionário, divida externa descontrolada, greves, arruações, etc. Ingrato aniversário para a «Revolução» e péssimas vindas para Figueiredo.

De outro lado, na oposição, são muitos os que veem no ano que se abre um tom dramático: «O Figueiredo controla a inflação ou ela explode com ele». Principalmente quando as aberturas começam a vazar, em alguma medida fora do controle do regime, nada pior — para eles — do que a coincidência com a crise econômica, nestas proporções e sem perspectivas de solução. Vários economistas apontam a alta dos preços chegando ao final deste ano na casa dos 60% e a partir daí uma bola de neve crescente para o futuro.

Da parte do governo, o trio notável — Simonsen, Rischbieter e Delfim — parece, pelas tímidas medidas tomadas e anunciadas até agora, não ter ainda ajustado suas estrelas no tocante a como enfrentar a onça. E mais que isto, o próprio comando político de Figueiredo não tem ainda uma estratégia definida para tocar os seis anos que almeja ter pela frente. Esta tática de enrolar e enrolar, para ganhar tempo até que se descubra alguma luz ou santo, tem predominado nas declarações e atos do novo governo, evidenciando o seu desorientamento diante da conjuntura que se abre.

O Ministro Simonsen já começa a confessar que com democracia o buraco é mais embaixo, tentando fazer da abertura o bode expiatório da inflação. Ou seja, já não funciona mais seu truque de querer «substituir a luta de classes pela álgebra das fórmulas salariais» do arrocho, tão cantadas como descoberta da tecnocracia nos anos do «milagre». Ou como disse ironicamente o ex-ministro Severo Gomes, «nossos tecnocratas acostumaram-se a combater a inflação com um manual do Milton Friedman debaixo do braço e com o apito na boca; tão logo o apito é retirado ou começa a falhar, não sabem mais o que fazer».

Ninguém acredita neste governo

A realidade é cruel com o trio notável. Praticamente tudo o que se diagnosticou como causas da inflação já foi acionado através de medidas monetaristas ao longo do governo Geisel, do qual aliás são meros continuistas. E até agora nada de resultados concretos na curva dos preços. Com os cartuchos queimados, começam a inovar, declarando que a inflação ganhou raízes psicológicas. Trata-se das expectativas formadas no «público em geral» quanto a uma provável alta dos preços na qual todos passam a apostar e agir de acordo. Mas no fundo, o que este diagnóstico reconhece é a própria falta de credibilidade do novo governo que já, de imediato, gera e alimenta tais expectativas. Assim sendo, de nada adiantam gritas demagógicas a la Hobbins Hood, ameaçando «arrebentar e prender os especuladores» como vem esbravejando Rischbieter. No máximo se prenderá algum feirante desavisado ou se autuárá algum açougueiro da esquina. É óbvio que os especuladores institucionais — os banqueiros principalmente — estarão sempre a salvo e bem recebidos nos gabinetes como recém acaba de ocorrer na entrega ao governo das «sugestões anti-inflacionárias» da Federação Nacional dos Bancos. Ou então quando agora se autoriza o

O coro governista declara: é hora de liquidar de vez com a inflação que ameaça explodir e, junto com ela todos nós. Mas a montanha urra e parece um rato. As medidas concretas adotadas agora mostram claramente que tá todo mundo enrolando, à espera de alguma coisa para uma ação mais decidida. Planos há para todos os gostos: Delfim, Simonsen e Rischbieter cada um tem sua carta na manga para oferecer a Figueiredo. Mas o chefe não tem por onde se mexer e opta pela enrolação. Até quando, ninguém sabe.

Por Flávio Andrade

terceiro aumento deste ano às indústrias automobilísticas, em 6%, num total já de 18% acumulados em 1979.

Transformar a inflação em caso de polícia, prendendo os especuladores não passa assim de um arroubo tecnocrático de curtos efeitos demagógicos dentro da linha de contestar a inflação psicológica. A anunciada blitz anti-inflacionária tão badalada ultimamente, se levada a sério teria que começar nos próprios corredores e salões ministeriais, onde se assentam ou transitam os especuladores-mor da orgia financeira que se tornou o sistema bancário ancorado e mamando no Tesouro através do open market.

Neste quadro de fracasso da enrolação já começam a despontar alternativas mais bem definidas, sobre como enfrentar a espiral inflacionária. Apesar da dependência de todas elas com relação a uma estratégia política mais geral que o governo Figueiredo ainda não tem, no entanto, elas pouco a pouco vão ganhando contornos mais precisos nos laboratórios tecnocráticos. E assim, são as cartas que Figueiredo guarda no colete para jogar em algum momento futuro. Se o jogo ainda não está armado, as cartas por seu lado já são visíveis

Delfim quer fajutar novamente os índices

Para Delfim, desejo de fazer de sua pasta a salvadora do modelo econômico através de um arrojado plano agrícola, as soluções são simples e já experimentadas: mentir. De fato, circulam nos corredores do Ministério da Agricultura que o governo não terá alternativa senão comprimir os índices inflacionários na marra, como o próprio Delfim realizara em 1973. A justificativa é simples: se a inflação é psicológica, o contrataque tem que se dar na linha da informação, transformando a realidade dos preços em questão de sigilo em pro da segurança nacional. Na verdade para o mago Delfim não há outra solução. Os investimentos que seriam necessários para fazer na agricultura para atingir as metas almeçadas fogem inteiramente ao quadro de austeridade que o governo vem desenhando como necessário para refrear os negócios e conter a onda alista. E para o ministro tal estratégia recessivista, se lograda, seria o fracasso de sua gestão, entregue, então, tão somente a apaziguar os ruralistas queixosos de sempre. Na sua clarividência

seca e cinica, Delfim não quer perder tempo. A inflação é inevitável e temos que saber tirar o maior proveito dela para colhermos no futuro, parece ser sua máxima. Quando será esse futuro, já conhecemos através do seu humor negro na parábola do bolo.

Simonsen: recessão no peito e na marra

Já Simonsen, menos confiante no seu taco para vãos inovadores de maior monta, cai na retranca e defensivamente: o negócio é segurar na marra; recessão a qualquer custo e na porrada se for preciso. Depois de cinco anos curtindo as podadas de Geisel aos seus impetuosos recessivistas, ele parece achar que chegou o momento, pois Figueiredo lhe deu toda a força trazendo-o para dentro do Planalto, através da Secretaria Geral de Planejamento. Nesta linha ele vem insistindo em, se necessário, fazer uma parada «como aquela dos anos 65/7» e com seu simplismo político, debitando na conta da abertura as mazelas do modelo econômico. No entanto, do lado político, o governo pensa por outras cabeças

e não vai ceder tão fácil às tentações recessivistas. «Seria o caos», reagem os opositores desta saída. Desemprego, falência, acirramento dos conflitos sociais etc. E a inflação pararia? Pois sendo o capitalismo brasileiro uma estrutura oligopólica, umas poucas empresas dominando cada setor, mesmo numa baixa geral da atividade econômica, a alta pode ser até mais intensa para possibilitar aos capitalistas compensarem as retrações nos volumes de vendas.

Mas Simonsen não se deixa dobrar por estas considerações. Nos livros onde se formou, estas coisas não aparecem. Retração sempre vem com queda dos preços e ponto final. Assim, o chefe do trio vai continuar com suas insistências e ameaças embora seja pouco provável que o Governo embarque na sua canoa que pode de fato terminar sendo o caos, com a explosão de Figueiredo junto com os preços. Pois a conjuntura hoje é bem diversa daquela de 65/7 quando a recessão preparou o «milagre». A conjuntura internacional não é de prosperidade como então; o arrocho salarial não é, politicamente, levando os salários mais para baixo do que já estão, a burguesia não está unificada diante do «perigo vermelho» etc.

Simonsen neste caso parece cumprir o papel da ameaça, sempre presente porém nunca realizável que faz parte da contracenação de todo jogo, pelo menos enquanto politicamente não se tem condições de definir quem é que vai perder pra valer.

O mais interessante do trio, contudo, é Rischbieter. Obscuro burocrata durante muito tempo, ele agora desponta como um audaz reciclador do modelo econômico. Quer acabar com a inflação e ao mesmo transformar a selvageria do capitalismo brasileiro num ousado distributivismo social, levando ao pé da letra as diretrizes de governo que Figueiredo recém-anunciou. Parece no caso que Rischbieter, como um aluno ingênuo levou a sério demais as lições do mestre. Assim ele vem introduzindo um vocabulário até bem pouco exclusivo das ostes oposicionistas: «capitalismo selvagem», «doações do governo», «perdões de impostos», «sócios da inflação» são expressões lançadas com frequência pelo novo ministro, para diagnosticar as mazelas da economia brasileira submetida a anos de orgia e corrupção institucionalizada pelo grande capital.

O diagnóstico não é claro e completo, mas do discurso do Ministro da Fazenda decanta a expli-

cação de que a inflação teria como causas básicas o gasto supérfluo, a concentração e favoritismo desvairados, a especulação desenfreada do sistema financeiro, os subsídios do governo às empresas privadas pelos vários canais para tanto criados desde 64, especialmente através de juros baixos etc. Assim, Atallas, Lutfallah e outras tantas excrecências de nosso capitalismo teriam que acabar para que, saneado e mais racionalmente e dirigido, o sistema pudesse apresentar mais estabilidade e justiça social, sem inflação.

O quadro se completa quando Rischbieter, coerentemente com estes planos audaciosos, fala que a sua maturação não é para já. Requereria um certo tempo para que as medidas frutificassem. E no caso da estabilização dos preços, ele a põe o ano que vem como sendo o momento dos primeiros resultados.

Mas a viabilidade desta ousadia do novo Ministro é claramente zero. Ele mesmo, com uma ponta de desconsolo chega a reconhecer o problema, embora na sua ótica particular, quando tem confessado que, apesar da disposição do governo para tais mudanças, no entanto, dado o desgaste político acumulado, ele não sabe se haverá as forças políticas necessárias para apoiar o projeto. E é claro que não haverá. As greves recentes com o comportamento do governo estão aí como mais uma amostra da rigidez do sistema capitalista brasileiro. Seria bagunçar ainda mais o coreto se Figueiredo, em meio à crise atual no interior da burguesia, ainda viesse jogar mais lenha na fogueira tirando dos ricos para jogar aos pobres. Tais coisas são simplesmente para os discursos e nunca para a ação, deverá breve ser dito repressivamente ao jovem Ministro.

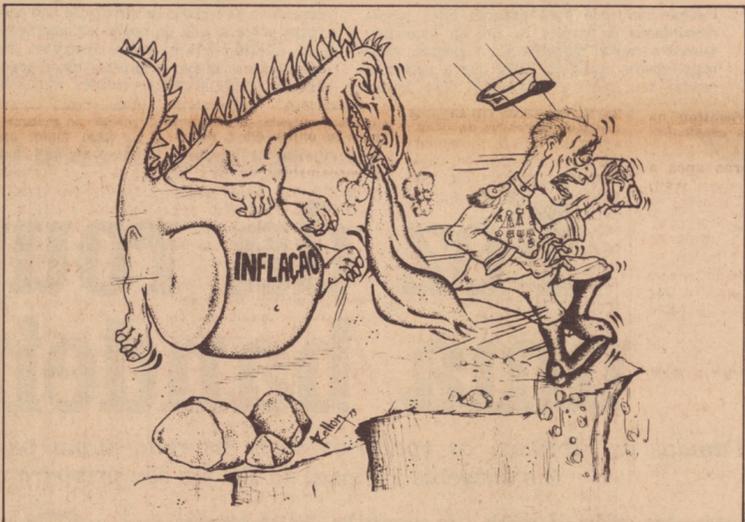
Também a agitação empresarial através de idas em comitiva a Brasília e matérias pagas nos jornais em torno da questão da queda da denúncia vazia dão bem e dimensão desta rigidez do grande capital dentro da cena atual. Mesmo sem a denúncia vazia, é óbvio que serão exigidas outras salvaguardas tão ou mais eficazes para a indústria da construção civil poder continuar mandando a rodó na massa de inquilinos brasileiros.

E é claro que Figueiredo não pode desprezar aquilo que ainda lhe resta de base de apoio social. Entrar, portanto, pela via de Rischbieter é preparar a queda, senão pela explosão da inflação, pelo menos pela queda no vácuo.

Até quando dá pra enrolar?

Postas nestes termos, as três alternativas que se delineiam como rivais na luta ministerial em torno das receitas para combater a inflação, todas elas, são meros exercícios acadêmicos, ou artimanhas no interior do primeiro escalão com vistas à conquista do reconhecimento por parte de Figueiredo ao mais capaz. Na prática, nenhuma delas é possível de ser levada adiante ao pé da letra. As cinicas mentiras de Delfim foram execradas até pelo Banco Mundial e por Geisel. A recessão de Simonsen somente passaria se Figueiredo tivesse peito de enveredar por uma Pinochetada, de resto bastante remota hoje em dia. E os sonhos de Rischbieter em unir o útil ao agradável simplesmente podem servir de manobra diversionista diante da oposição, como em alguma medida funcionou o ex-Ministro Severo Gomes nos seus anos ao lado de Geisel.

O que resta portanto é a enrolação. Até quando é possível persistir nela, é a pergunta que se coloca. Até que Deus ajude, pensar com certeza Figueiredo. Até que chova — com moderação e não com enchentes, é claro — para as colheitas do ano que vem; até que a economia mundial se recupere; até que se descubra petróleo abundante e outros sonhos do mesmo gênero. Ou de outro lado, se tudo isto não ocorrer, até que eu expluda, chorará no fundo Figueiredo.



As linhas mestras de ataque à inflação estão aí: a redução dos gastos do Governo, aumento do IPI e do ICM sobre os produtos industriais exportados, aceleração da desvalorização da taxa de câmbio, e a redução dos subsídios a juros.

Sem dúvida, a primeira medida é a mais importante. Com a redução dos gastos do Governo haverá sobra de recursos do Tesouro, consequentemente, redução do volume de títulos da dívida pública normalmente colocados no mercado para o financiamento de eventuais déficits orçamentários. Assim, menos gente vai ter de tomar dinheiro emprestado para comprar os títulos do Governo. Menos gente tomando dinheiro emprestado forçará à taxa de juros para baixo.

Nesses termos, parece que a política econômica está passando por uma pequena inversão. Isto é, mantém-se a orientação monetarista mas inverte-se o seu sentido. Até agora (desde 1974) mantinha-se em patamar elevado o gasto e os investimentos estatais, com grande pressão sobre a liquidez bancária, o que resultou numa forte elevação da taxa de juros. Agora, ao contrário, pretende-se reduzir os gastos públicos e com isso melhorar a liquidez bancária, reduzindo consequentemente a taxa de juros. O novo caminho pode ser tão ineficaz quanto o anterior, embora bem mais perigoso. Se os gastos do Governo forem reduzidos como anunciado (redução de 20% — coisa que não foi tentada nem mesmo na gestão também monetarista dos senhores Campos e Bulhões, de 1964 a 1967) e os investimentos privados não subirem (segundo a teoria convencional eles devem subir em face da queda dos juros, que tornaria mais atrativo investir), a economia certamente entrará em recessão com todas as consequências negativas conhecidas (falências e desemprego em massa). Ou seja, as medidas anunciadas pretendem substituir a alta participação dos gastos e investimentos estatais na economia por uma maior participação do setor privado. Mas na medida em que o setor privado tende geralmente a especular e pouco investir — a tendência, aliás, é de só investir com incentivos e recursos estatais — haverá uma insuficiência de demanda que poderá levar à recessão.

Por outro lado, as três medidas seguintes — aumento do IPI e do ICM sobre os produtos exportados, aceleração da desvalorização cambial e a redução dos subsídios a juros —

O ABC da enrolação

- Aqui, uma síntese das principais medidas anunciadas pelo governo para combater a inflação.
- A mesma cantilena de sempre: cortes de gastos, alterações tributárias, cambiais e monetárias.
- O fundo do problema — quem paga o pato da inflação continua sem definição.
- Moral da história: tá todo mundo enrolando...

Por Maurício Lemos

constituem, especialmente a última, medida que direta ou indiretamente leva a um aumento da taxa de inflação. O aumento do IPI e ICM sobre os produtos industriais exportados (que até agora estavam na maioria isentos) significa perder competitividade no mercado internacional. Para mantê-la, o Governo tem pensado em desvalorizar mais rapidamente o cruzeiro em relação ao dólar, o que implica em redução externa dos preços dos produtos exportados e aumento interno dos preços das mercadorias importadas, engordando o caudal inflacionário. Da mesma forma, a redução dos subsídios aos juros (até agora garantidos pela política de empréstimos dos bancos oficiais) implicará num aumento dos custos de produção dos setores subsidiados e normalmente serão repassados aos preços, realimentando a inflação. Isso representa um fato bem mais grave na medida em que se sabe que a política oficial de juros subsidiados não é eventual mas sistemática, tendo um peso elevado no conjunto da economia. Em outras palavras, não são apenas os Atalla e Lutfallah da vida que vivem às custas dos subsídios e benesses estatais, o que torna a política dos juros subsidiados um problema de repercussão inflacionária generalizada.

O velho problema: quem paga o subsídio ao capital?

Na realidade, o novo realismo da política econômica, a reconhecer nos subsídios aos juros uma forma implicitamente inflacionária, assemelha-se coincidentemente com o «realismo fiscal» da gestão Campos e Bulhões no período 1964-67. Na ocasião, diagnosticou-se como uma das causas da inflação o déficit do Tesouro, explicável seja pelos déficits das empresas públicas, seja pela insuficiência de arrecadação de impostos. Em vista disso, optou-se por uma inflação «corretiva», através do aumento dos preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas públicas e pelo aumento dos impostos indiretos, ambos com repercussões diretas no nível de preços e na inflação. E quem pagou a conta? Sabidamente foi a classe trabalhadora por meio de um violento arrocho salarial que serviu não só para conter a inflação «corretiva» como também para controlar a inflação acumulada do período JK.

E agora que o «milagre» se esfumou e o capitalismo brasileiro entrou num novo ciclo de crise e altas taxas de inflação, o ministro Carlos Rischbieter realisticamente vem de público dizer que a política de subsídio a juros (na verdade, a «mola mestra do «milagre») é inflacionária. Quem paga a conta do milagre? A resposta é estritamente política e, desde logo, pode ser constatada

que a classe trabalhadora não está disposta a apertar os cintos, mesmo porque elas já estão com o cinto apertado há muito tempo. Nesse

sentido, o rateio dos frutos do combate à inflação terá de ser socializado também entre setores e segmentos da própria burguesia.

Quais setores, quais segmentos e como evoluirá a correlação de forças entre o trabalho e o capital? Essas são as incertezas que marcam o projeto político da ditadura em sua fase atual e pode ser que no final do caminho, entre mortos e feridos, poucos tenham se salvado.



Prefeituras das capitais

A lei do mais forte nas megalópoles

O que o MDB pode e deve fazer caso assuma prefeituras de capitais? Ele tem saída para a «crise urbana» atual? Quando as grandes cidades não servem mais ao capital, para o qual foi pacientemente planejada, nem as populações que nela buscam sobreviver não há soluções fora de mudanças de estrutura. É o que afirma em entrevista o geógrafo e especialista em economia urbana, Milton Santos, com vários livros publicados sobre problemas urbanos.

Por Antonina Silveira

— Em que medida as eleições diretas, agora em campanha, podem levar a melhorias das condições de vida populares nas capitais?

A questão da eleição direta escamoteia o problema central que é o da própria estrutura social, como ela se manifesta nas cidades, especialmente nas grandes aglomerações. Tanto MDB e governo estão na mesma situação, ambos não têm o que dizer ao país e necessitam preencher o tempo com discurso. E como todos sabem, o discurso nessa fase técnico-científica do capitalismo torna-se um enorme instrumento a respeito do qual devemos estar atentos.

— Como você avalia as transformações na administração urbana introduzidas pela esquerda europeia quando eleita para as prefeituras?

— A municipalidade francesa por exemplo, ao contrário da brasileira detém um poder efetivo nas decisões referentes a uma série de questões que concernem à economia, a localização de atividades, traçado de estradas, código de obras, etc. Quando a esquerda assume a administração há geralmente uma reorientação das diretrizes que se voltam então para o interesse dos municípios, em especial aos mais pobres. Isso opõe uma contradição ao jogo capitalista na medida em que cria obstáculos à lógica hegemônica. Quanto maior a cidade — como no caso de Grenoble onde a administração é socialista, mais nítida torna-se essa reorientação em direção aos interesses dos pobres que lá vivem.

O Mito da Tecnocracia

— Como encara o estilo tecnocrático de administração municipal, consolidado no Brasil a partir de 64?

— O estilo tecnocrático de administração aparece como consequência inevitável dos imperativos da era técnico-científica em que vivemos e suas implicações sócio-políticas.

A expansão da tecnologia, o pleno domínio do homem sobre a natureza, terminam por modificar as relações sociais num sentido desfavorável ao indivíduo. A técnica, que devia ser meio, passa a ser um fim, sobretudo nos sistemas capitalistas. Criada sua própria ciência — a tecnologia — a técnica pode ser erigida a uma condição de infalibilidade e torna-se um mito. Pode-se dizer que jamais houve ideologia tão penetrante e tão autorizada, porque aparentemente respaldada pela ciência.

A administração tecnocrática é também isso: busca mais convencer que fazer, isto é, faz por

alguns poucos em detrimento de muitos, pelos quais, todavia, diz que está fazendo alguma coisa.

O estilo tecnocrático de administração é uma formulação autoritária, adotada pela prática abusiva da engenharia social. E assim que se resolve o falso conflito entre eficiência e equidade, que aparece segundo formas diversas na discussão do problema. A fábula do bolo que cresce para só depois ser repartido faz parte do arsenal de idéias-forças que buscam justificar a administração tecnocrática.

— Até que ponto há alguma racionalidade no planejamento tecnocrático hoje tão badalado pelo governo para as regiões metropolitanas?

— O desenvolvimento das forças produtivas, traduzido aqui por mais acumulação capitalista, tinha que alterar o estilo da administração e o discurso do administrador. É aí que aparece o casamento, tomado indissociável durante a fase do «milagre», entre burocratas ou tecnoburocratas e burotecnoplanejadores.

A idéia do planejamento nos foi inicialmente apresentada como o meio de eliminar o subdesenvolvimento. Isso devia ser conseguido através do crescimento econômico.

Ora, como crescer e industrializar-se tornaram-se sinônimos, as grandes cidades, lugar da industrialização, se tornaram o prato favorito do planejamento. Era preciso convencer a todo mundo de que fazendo isso e aquilo, os sofrimentos provisórios da massa logo seriam transformados em abundância para todos.

Quando, nos países subdesenvolvidos, foi descoberto que criar indústrias não criava empregos, que a cidade industrializada estava cheia de pobres e o país industrializado cheio de dívidas, tornou-se preciso apelar para mais mistificação e, quando necessário, mais violência. Então, a partir do milagre, o planejamento urbano se tornou o mecanismo mais infernal de empulhação jamais inventado.

Planejamento urbano: uma empulhação

Isto posto, qual a eficácia para o sistema da criação das chamadas regiões metropolitanas?

Essas famosas nove regiões metropolitanas representam, nada mais, nada menos, que a resposta administrativa à necessidade de um controle unificado para espaços mais largos, desbordando os limites de um só município. Quando o capital aumenta sua dimensão, exige mais espaços contínuos. Para que a gestão do capital seja mais eficaz sobre esse espaço

continuo constantemente alargado, impõem-se duas coisas: 1) fragmentar a administração ao máximo possível em tudo o que diz respeito ao interesse coletivo. A atual região metropolitana de São Paulo era formada de 11 municípios em 1940, 17 em 1950, enquanto hoje eles são 37. 2) unificar a administração ao máximo possível, no que diz respeito aos interesses do capital.

Não há nenhuma contradição entre essas duas coisas. A criação das regiões metropolitanas responde exatamente às novas necessidades do capital e, sobretudo, do grande capital. Houve estados, como o de São Paulo, que se deram ao «chic» de criar uma Secretaria de Negócios Metropolitanos, com toda uma constelação de organismos metropolitanos, enquanto a massa da população é dada apenas retórica, na forma de uma publicidade petulante que faz correr itaipús de tinta.

O que é invisível, em tudo isso, é que sofisticando as técnicas de comunicação e modernizando a administração, os planejadores metropolitanos do que menos falam é, exatamente, da metrópole. A maior parte não sabe do que se trata. Fechados, quase todos, nas definições burocráticas e legais do vocabulário, esqueceram-se de estudar a realidade. Poucos, muitos poucos, são capazes de definir que matéria estão moldando. E tome-lhe congressos, colóquios, mesas-redondas, livros e livretos, revistas, relatórios, jornais internos e externos e «releases» sem fim.

A quem serve as cidades?

O que é a «crise urbana» atual, a discussão sobre as megalópoles etc? Como você vê o drama das grandes cidades a apavorar as classes médias?

R. Pode-se dizer que há crise urbana irrecusável quando a cidade não serve mais nem ao capital, para o qual foi pacientemente planejada, nem à população que nela busca sobreviver. É o caso das nossas grandes aglomerações, agora transformadas em verdadeiras antedíadas.

Com as novas exigências do grande capital, as cidades velozmente envelhecem, daquilo que os filósofos antigamente chamavam de «envelhecimento moral», isto é, a desadaptação da forma ao novo conteúdo. Se os capitais não se tornassem mais concentrados e densos, se as técnicas não se modificassem com tanta velocidade, se o imperativo da rapidez da circulação não pesasse tanto sobre a vida de nossas aglomerações, eles envelheceriam mais devagar. Nas circunstâncias atuais, é preciso estar todo o tempo reciclando as grandes cidades, rapidamente

tornadas inviáveis. Ora, cada dia que passa, há necessidade de construir obras mais ciclópicas, e estradas funambulescas, de engolir mais espaço sob o cimento, de também oferecer mais chão barato e tecnicamente adequado às indústrias que chegam e àquelas que se transferem das partes da cidade tornadas envelhecidas.

O fato de que a produção moderna exige que novas «economias» substituam as «deseconomias» reclama uma constante renovação urbana, juntamente com o aumento da área urbanizada. As firmas mais modernas, cuja mais valia é maior, podem buscar as novas localizações preparadas pelo Estado, enquanto as menos modernas ocupam o seu lugar. Desse modo, a taxa média de lucro diminui, enquanto os encargos públicos aumentam, com a tarefa que lhes cabe de renovar a cidade. A inteira população do país termina sendo chamada a financiar algumas firmas — através do Fundo de Garantia, PIS, PASEP etc. — a maioria das quais, por serem transnacionais, já são financiadas pelo povo: no que compram lá fora, no que vendem para fora, na tecnologia importada, na dívida externa que criam. A cidade, em sua forma atual, constitui também uma modalidade de financiamento direto pelo poder público, de algumas firmas privilegiadas, e isso com o trabalho de toda a população.

O processo de alienação planejada nas periferias

É a «crise urbana» do lado das populações de baixa renda? As chamadas periferias, qual sua perspectiva dentro deste processo? Que papel joga aí a repressão permanente?

Que periferia? Que repressão? Porque, na verdade, em todas as grandes cidades do mundo e nas dos países subdesenvolvidos em particular, há diversas periferias naquilo que se costuma chamar por esse apelativo genérico. Como, também, as formas de repressão são muitas: abertas, veladas, reconhecidas por todos ou apenas suspeitadas por alguns.

No caso de São Paulo, o que se chama a «periferia» se constitui de áreas predominantemente industriais, áreas predominantemente agrícolas, zonas de residência, cada qual combinando um pouco das demais características. Nelas, exceto alguns santuários de pessoas de posse, reside a pobre de vários tipos. A forma como a especulação e o planejamento — isso deve ser dito — valorizaram diversamente os diversos subespaços faz com que as diversas atividades e as diversas classes sociais se localizem diferentemente no espaço. Na verdade, o que há é um processo de realocação permanente, agora acelerado pelas exigências sempre novas das grandes firmas. Esse processo de realocação leva muitos dos pobres a se instalar em zonas desprovidas de serviços, o que os torna mais pobres ainda.

As vezes este processo é planejado como forma de quebrar a identidade com as áreas e os grupos e, assim, diminuir a combatividade dos

pobres e desarticular as solidariedades. Trata-se então de um processo de alienação planejada.

— Fala-se muito que, na verdade, as regiões metropolitanas com sua estrutura de planejamento, simplesmente terminaram por aumentar os laços entre o poder público e o grande capital, em especial aquele do setor da construção civil. Como você vê a ligação entre o público e o privado hoje nas grandes cidades?

O interesse geral só podia ser profanado às escondidas. Na verdade, a expressão «interesse geral» tinha, ainda, sentido, e utilizá-la não constituía nenhum apelo subversivo.

Esse estilo foi desaparecendo, ainda que não inteiramente, e foi desaparecendo segundo diverso ritmo, nas diferentes regiões do país.

A corrupção institucionalizada

Houve, por exemplo, um momento em que todo o país se horrorizava com a simples pronúncia da palavra «caixinha», associada à realização de obras públicas. Em seguida, com a crescente interpenetração dos negócios, a palavra «caixinha» perdeu seu charme e conteúdo. Pois agora, há muitas formas de recolher, no fim da fila, o dinheiro entregue a um primeiro. As regiões mais ricas do país foram pioneiras nesse estilo anfibio do empresário — político ou do político-empresário, e isso é indissociável do desenvolvimento desigual do capitalismo no país.

Agora, os empresários, gabados pelas suas qualidades de administrador, porque bem administram sua fortuna privada, são convidados a ocupar postos importantes na administração pública, onde os mais sizados devem passar todos os dias apesar e balancear suas menores decisões, para que a contabilidade de suas próprias empresas não chegue a confundir-se com a contabilidade pública. Gasto inútil de preocupação e saúde, devido à terrível imbricação que hoje existe, sobretudo na cidade e nas atividades urbanas, entre o aparelho de governo e o aparelho de mercado, entre o público e o privado.

A presença de tantos empresários em postos públicos — municipais inclusive — é uma perversa exacerbção — ou deformação, dirão tecnocratas convictos — da enfermidade tecnocrática que se abateu sobre o país. Exemplo contagioso, pois alguns tecnocratas decidiram eles mesmos se tornar homens de negócio e vestem-se muito bem nessa roupagem. Por que, afinal, deviam eles apenas servir ao poder econômico e não se servir do múnus público em seu próprio favor? Segundo a doutrina liberal, os pobres são pobres porque burros ou subalimentados. Ora, justiça seja feita, tecnocrata não é sinônimo de burro e os melhores cargos da tecnocracia pagam mordomias que asseguram, todos os dias, comida farta e de graça aos donatários. Nas recentes despedidas do governo que sai, houve um desses técnicos que chorou aos lençóis, parece que com saudade dos almoços pagos pelo povo.

Luta operária na Zona Leste de São Paulo (2)

Fez da roupa íntima uma bandeira de luta.

Paradas as fábricas, os operários saem às ruas numa passeata de protesto em virtude da morte de Getúlio. E o dirigente regional do PC faz seu primeiro teste diante da massa em explosão.

Por Antonio Carlos Felix Nunes

A ruazinha fronteiriça foi literalmente ocupada pelos trabalhadores da tecelagem. E dali já se podia ouvir a gritaria dos operários das fábricas vizinhas, que cessavam o trabalho e saíam também a rua. O tecelão gentil continuava gesticulando nervosamente à frente de sua multidão. Pedia-lhe uma pausa para falar, queria expor a orientação do Partido e obter um mínimo de ordem à manifestação. Mas isto parecia impossível devido à exaltação dos operários. E, por um instante, vendo a multidão alvorçada, a agitar-se impaciente, sentiu-se impotente para controlá-la. Receiou falhar em sua primeira missão política de importância, ver frustrada a previsão dos camaradas do Regional, segundo a qual ele tinha qualidade para transformar-se num grande líder de massa. E forjar líderes para momentos como este, fora a grande preocupação do Partido durante aqueles tempos em que só eram possíveis as reuniões clandestinas, restritas aos seus membros ativos. Fora época de intenso aprendizado teórico. Uma vez que os atos públicos estavam proibidos, o movimento operário silenciado pela legislação repressiva. Não foram poucas as preleções que Gentil ouviu dos assistentes do Partido, voltadas para tal objetivo: «Vocês serão os futuros condutores de massa, porque a ditadura não durará infinitamente, as liberdades breve hão de retornar e o povo vai necessitar de uma liderança política ideologicamente competente, capaz de impulsionar a sua luta, sem vacilação.

«Um comunista não teme nunca a massa»

Entretanto, tudo que havia apreendido nos longos encontros, ouvindo citações de Marx e Lenine; ou debruçados sobre os clássicos revolucionários e noites mal dormidas ou nas poucas folgas do seu trabalho na fábrica, não

conseguia agora colocar em prática. Era difícil falar com calma, quando havia gente gritando, chorando ou revoltada com sede de desforra; o pensamento não se ordenava diante de tanta confusão, e ele não conseguia se expressar de maneira a se fazer claramente entendido pelos trabalhadores. Lembra-se do recado do emissário Jota: «cada um de vocês deve assumir efetivamente a condução do movimento, evitando badernas, arruaças e qualquer outro excesso da massa que possa servir de pretexto à intervenção policial. O protesto deve ser tanto quanto possível, pacífico. Pois não é hora ainda de desfecho fatal, trata-se apenas de afastar o perigo de golpe, levando-se o país à democracia plena e, com isso, cumprir-se-á a primeira etapa da nossa revolução. «Vem-lhe à mente também a convicção daqueles experimentados companheiros, que conheceu nas reuniões amplas do Partido, e os quais, de certa forma, tinham sido responsáveis pelo seu amadurecimento ideológico: «Um comunista - diziam - não teme nunca a massa, porque é um perpétuo defensor das causas justas. Em qualquer circunstância, um comunista se impõe e se faz acreditado, e a massa fatalmente o seguirá».

Um Strip Tease político

Gentil sorri entre os dentes. A recordação o anima. E rápido pensa: Um dirigente deve ser isso. Forçarei o pulmão, gritarei, e a massa vai me ouvir. A passeata será ordeira - vou fazer cumprir a decisão do Partido. «Neste exato momento de sua reflexão, um fato inusitado acontecia, chamando a atenção de todos. Faz-se silêncio e os operários ficam como que paralisados, olhos arregalados, semblantes contraídos, presenciando a cena. Gentil relaxa a postura, nivela-se ao esparto da massa. Transmuda-se no cidadão comum, olhos fixos no ato que se realiza na cauda da concentração.

— Como pode? É preciso muita coragem... E qual será sua intenção? Duas moças se entreolharam, e assim

se especularam. Alguns operários, refreios da surpresa, alongam olhares interessados. No início, parecia que a mocinha alvo de toda a curiosidade e responsável pela brusca virada no espírito da massa, faria um strip-tease completo. Convulsionada em choro, descabelando-se, ela buscou em vão a alça do saíote preto, num dos ombros. Depois, com um gesto violento de ambas as mãos rasgou as mangas do vestido, deixando à mostra os ombros e parte dos seios. Com isso, as alças da peça íntima se tornaram bem visíveis e, cerrando os dentes, num estertor de raiva, ela logrou seu objetivo: arreou a confinção por baixo do vestido. Em seguida procurou alguma coisa que servisse de mastro. Um pedaço de balastrão caído junto à parede da fábrica, pareceu-lhe o objeto ideal. Tinha agora uma bandeira de luta com a qual, durante toda a passeata, demonstraria seu grande pesar pela morte de Getúlio Vargas.

Empunhando firme sua improvisada bandeira, e pouco importando se o vestido de chita fina e rasgado já não ocultasse suas pernas, a mocinha morena rompeu o cerco dos curiosos, abrindo alas no peito, e foi postar-se na frente da passeata em formação, ao lado do tecelão gentil. Dir-se-ia que a manifestação ganhara uma portaestandarte, a executar um ritmo alucinante, sob um estribilho dramático:

— Mataram Getúlio! Mataram Getúlio! Morreu o nosso pai - Morreu o nosso pai!

O incidente contribuiu para esfriar a cabeça de Gentil, afastando de uma vez o receio que o assaltara. Seguro está agora de sua condição de comandante de massa. As palavras lhe fluem rítmicas e sonoras. Acena com as mãos em pedido de calma, a portaestandarte enlutada e os trabalhadores obedecem. Alguém grita lá no meio: vamos ouvir Getúlio ele sabe das coisas! Gentil se expressa em linguagem direta: «Companheiros, vamos sair em passeata, parar todas as fábricas. No Brasil todo está se fazendo isso, é dia de protesto nacional. Mas tudo em ordem, sem bagunça. Vamos mostrar



aos que levaram Getúlio ao suicídio que nós somos civilizados, responsáveis e patriotas. Repudiamos qualquer tentativa de golpe, exigimos liberdades para lutar pelas nossas reivindicações, sindicatos livres, fim das leis repressivas. «A massa bate palmas e entoa um longo muito beem!!!, colocando-se em posição de marcha.

Enquanto isso, milhares de outros trabalhadores convergem para a rua Catumbi. Lá no alto, esquina com a av. Celso Garcia, bondes começam a parar. Os motores não se arriscam a dirigir os coletivos em direção dos grevistas. Seus trocadores substituem as placas indicadoras do itinerário pelas tabletas de «recolher». Comerciantes

chegam para servir seus estabelecimentos, e entre surpresos e assustados, dão meia-volta e vão observar a movimentação das esquinas mais afastadas.

Aderem a esse ato os bares que abrem de madrugada. Os últimos boêmios e bêbados são empurrados para fora. Perto de dois mil trabalhadores já sobem a rua Catumbi. A tecelagem que trabalha Gentil, a fábrica de brinquedos Estrela e várias outras empresas já estão paradas. Tudo aconteceu segundo o plano da cúpula do Partido: a greve saiu antes do anúncio oficial do suicídio, furando o esquema do Comando Militar. As células agiram rápidas e com muita eficiência.

A Revolução ainda está longe

O fraco sol de agosto insiste em varar o grosso nevoeiro que cobre a zona leste de São Paulo. Por vezes, dribla as nuvens e logra lançar seus esmaecidos raios sobre os dorsos dos manifestantes. A multidão serpenteia pela av. Celso Garcia, produzindo agora uma miscelânea de sons, quase indescritíveis. Há as pessoas que simplesmente gritam, as que choram, as que gargalham, as que se insultam com intenções sádicas, as que lamentam a perda do dia de trabalho, as que se divertem com a situação. Os membros do Partido — a vanguarda inicial que se propôs a orientar o movimento e pacificá-lo — misturam-se também à multidão. Brutalizou-se a massa mercê do seu extravasamento instintivo, e tudo segue à matroca. Dispersos, os dirigentes apenas bramam slogans que se perdem abafados pela gritaria.

A polícia vai aparecer, sorradeira, quando a massa se encaminha para os lados da fábrica Matarazzo. Dezenas de cavalários surgem das ruas travessas, brandindo suas enormes espadas. Sobressaltam-se alguns operários, que abandonam a passeata e saem correndo. A multidão serena-se por uma fração de segundo, tempo suficiente para restituir o seu bom senso. E a histeria dominante é suplantada por uma voz conceitualmente clara, vinda lá do meio e que parece ter sido pronunciada em coro por um milhar de bocas:

— Hei, comunistas covardes! Voltem. Venham lutar com a gente se vocês forem homens de verdade!

O secretário Gentil franziu o cenho, olhou em redor na tentativa de avistar algum camarada e com este trocar palavra de consolo. Mas estava só naquele lugar, e falou então para si mesmo: «A revolução proletária não está tão próxima, como querem os camaradas do Regional. Falta ainda muita compreensão à massa para o Partido chegar lá...»

Na próxima semana: A Expansão do PC em sua nova fase.

Campanha da Fraternidade:

A terra é para todos

Por Reilton Fracalossi (texto final) e Sebastião Santos Jr. (entrevista)

Originário de uma família de metalúrgicos, filho de operários, D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo desde 1975 da Zona Leste — região das mais carentes da Grande São Paulo — e responsável pela Pastoral Operária, falou a «EM TEMPO» sobre Ecologia, tema da Campanha da Fraternidade deste ano, promovida pela CNBB.

Não se limitando a abordar a questão da defesa do meio-ambiente de forma isolada, para o Bispo o tema da Campanha possui um sentido mais vasto que diz respeito à defesa de «um mundo mais humano», sem os excessos provocados pela busca incessante de lucro.

A seguir, a íntegra do depoimento de D. Angélico.

EM TEMPO: No ano passado, o tema da Campanha da Fraternidade foi «Trabalho e Justiça para Todos». Quais foram os saldos auferidos por ela?

D. ANGÉLICO: Nós vamos trabalhando a longo prazo. É um trabalho de organização do povo. O nosso povo, que é extraordinário, está cada vez mais tomando consciência da realidade, conversando sobre ela e descobrindo o que está determinando essa realidade. Está realmente analisando as coisas. Está julgando, para nós da Igreja, à luz do Evangelho. O nosso povo já está combinando pequenas ações. Tivemos aqui uma grande jornada contra o lixo. Tivemos diversas campanhas a respeito de água, saneamento básico, transportes etc. Temos um filme feito aqui na região, dirigido pelo Tapajós (Renato Tapajós, autor de «Em Câmara Lenta»), que mostra realmente o povo se organizando dentro da problemática angustiante do custo de vida, transportes, salários miseráveis, da organização social tal e qual nós a temos.

Assim, o povo vai abrindo os olhos e tomando consciência de que precisa caminhar também para projetos políticos capazes de mudar a sociedade. As nossas comunidades eclesiais despertam o seu integrante para a participação política. Não estou dizendo que essas comunidades, enquanto comunidade, tenham participação política. Mas os seus integrantes devem estar conscientizados a participar da política partidária, participar ativamente das associações de classe, dos sindicatos. Quando a gente quer plantar jacarandá, a gente planta e... espera passar muitos anos. Acho que estamos com nosso povo numa maneira muito cabocla, muito lenta, mas realmente caminhando. É um povo que vai tomando consciência nova.

EM TEMPO: A Campanha da Fraternidade de 1979 traz a ecologia como tema. O que o senhor entende por ecologia?



D. A.: Eu sempre gosto de responder a essa pergunta dizendo que realmente o que a Campanha da Fraternidade de 79 está querendo é um mundo mais humano. Esse é o grande tema da Campanha da Fraternidade. Aqui na nossa região, nós temos tomado o tema da Campanha num sentido mais vasto.

«Toda propriedade particular sem função social é um roubo»

EM TEMPO: Como o senhor relaciona o problema da ecologia com outros problemas sociais?

D. A.: Acho que da mesma forma que poucos se apossaram da terra, que é de todos, agora poucos estão poluindo o ar. As indústrias se julgam dona do ar, e, por causa do lucro, por causa de maior lucro, estão poluindo tudo. Então, uma indústria que deve colocar filtros e que deve zelar pelo ar não toma nenhuma providência.

Então, a primeira defesa que se tem que fazer, nesse sentido, é a defesa de que o homem tenha acesso à terra, assim como o trabalhador urbano tenha o direito de ter um certo controle sobre os bens de produção. A maior poluição que existe no mundo é a miséria, a miséria de multidões por causa do egoísmo de poucos. Egoísmo cristalizado em sistemas, inclusive.

EM TEMPO: A propriedade privada seria a responsável por esse estado de coisas?

D. A.: Eu digo que é um dos responsáveis. O grande mal é que o homem se esquece que é irmão do homem. E quando se esquece disso, vai estruturando um sistema para favorecer o egoísmo de poucos. E o liberalismo econômico, que dá liberdade, mas liberdade para poucos, possuirem tudo. Então, o egoísmo se cristaliza em sistemas econômicos que se servem de outros poderes — político, do repressivo policial e dos exércitos — para defender seus supostos direitos.

Toda propriedade particular sem função social é roubo. Não tem sentido existir. Nós defendemos o direito da propriedade particular, mas que seja um



direito para todos. Quando ele se torna um direito de poucos, ele se torna abuso.

E.T.: A questão do índio brasileiro também se insere na Campanha?

D. A.: Também. Acho que o problema do índio é basicamente um problema de terra. Ninguém estaria contra o índio se não houvesse a questão da terra. As pessoas já roubaram e continuam querendo roubar os índios e a Funai (Fundação Nacional do Índio) fica fazendo média. Então, essas minorias também precisam ser defendidas.

E.T.: Qual o envolvimento das multinacionais nessas questões?

A. D.: Quando o homem realmente coloca o lucro, o dinheiro, o poder, como valores máximos, então tudo se perverte. O homem demorou milhares e milhares de anos para dominar a natureza. Conseguiu dominá-la e agora está escravizando-a de tal forma que daqui a pouco nós corremos o risco de estar num deserto. Agora, nós estamos constantemente sendo contaminados pelo mal-cheiro, por indústrias e tudo o mais. Tudo isso porque as medidas que a tecnologia nos oferecem não são usadas, porque as empresas querem um lucro cada vez maior. As multinacionais não fogem dessa regra. Existem também outros aspectos, como é o caso das grandes extensões de terra na Amazônia que têm sido vendidas a estrangeiros que estão devastando a região. Isso é uma vergonha nacional.

«A Campanha da Fraternidade é uma marcha, não é de Oba-Oba, não!»

E.T.: O slogan da Campanha da Fraternidade «Preserve o que é de todos» parece um pouco ambíguo...

A. D.: Eu, inclusive, gosto de chamar a atenção para esse lema porque ele realmente pode parecer ambíguo. Ele não significa que queremos preservar as estruturas existentes. Não é isso. A Campanha da Fraternidade quer preservar a água, que é de todos, o ar, que é de todos, a terra, que é de todos. Mas ela lembra que esta terra tem que ser de todos, e nós devemos lutar para que a terra seja melhor dividida. Nós devemos lutar para que ela seja realmente de todos. Vamos preservar o que é de todos e fazer com que seja realmente de todos. Então, a Campanha da Fraternidade é uma marcha, não é de oba-oba, não. Ela deve, para ser autêntica, observar esses aspectos. Seria um desastre se alguém confundisse a Campanha deste ano com um empenho festivo da Igreja, promovendo simplesmente o plantio de árvores. Acho importante que se plante árvores, mas antes disso existem alguns problemas básicos para serem resolvidos. E, se não atacássemos esses problemas, a Campanha da Fraternidade seria uma verdadeira traição ao nosso povo. E a Igreja não está disposta a isso. Não adianta a gente querer colocar pomada no tumor. E preciso cortar o tumor.

«A maior poluição do mundo é a poluição da miséria, da fome»

E.T.: Quais as outras questões que serão relacionadas também com a questão da ecologia?

D. A.: A maior poluição do mundo é a poluição da miséria, é a poluição da fome. Isso a gente não pode esquecer. Milhares de crianças nascem e vão ser analfabetas, outras tantas vão morrer logo nos primeiros meses de vida, por causa do ambiente, da miséria. É contra isso que devemos lutar, organizando e conscientizando o povo, porque isso que está acontecendo Deus não quer no mundo. Deus é pai e nós temos o direito de viver com irmãos.

Este país é do povo. Não é de grupos minoritários. É o povo que produz riquezas. O próprio governo é funcionário do povo, está aí para servi-lo. Acho uma das coisas mais detestáveis desses governos quando se apresentam como fazendo coisas para o povo. Parece que o prefeito, o governador e o presidente da República estão tirando dinheiro do próprio bolso para fazer aquilo. Isso é uma vergonha. É querer enganar o povo. Na realidade eles estão aí para prestar contas, coisa que nunca fazem.

Recebem do povo, gastam o dinheiro do povo e ainda querem que o povo agradeça. É o fim da picada. Tudo isso é ecologia. Isso está permitindo que haja poluição. Poluição dos verdadeiros valores, poluição da decência, da honra, da verdade, da dignidade e da hombridade.

Ponto de vista

Com o recesso da greve dos metalúrgicos do ABC é possível tentar um balanço da correlação de forças na sociedade civil e, ao mesmo tempo, procurar uma avaliação do papel que nela jogam as instituições, com seu relativo poder de mobilização, resposta e encaminhamento de interesses sociais conflitantes ou convergentes.

Entre os variados prismas pelos quais a atividade das ditas instituições pode ser considerada, salienta-se a preparação para o confronto imediato, o problema era discutido em voz alta nos meios populares e comentado à boca pequena, nos altos escalões do governo e da oposição. Tinha-se a radicalização das pretensões econômicas dos operários, com possíveis consequências políticas, que comprometeriam o refinamento do regime e poriam em risco as pequenas liberdades outorgadas.

Lembremos alguns «fatos»: era voz corrente na opinião pública que no mês de março eclodiria a greve dos metalúrgicos. Segredo de Polichinelo, o problema era discutido em voz alta nos meios populares e comentado à boca pequena, nos altos escalões do governo e da oposição. Tinha-se a radicalização das pretensões econômicas dos operários, com possíveis consequências políticas, que comprometeriam o refinamento do regime e poriam em risco as pequenas liberdades outorgadas.

Enquanto no lado oposicionista se observa um silêncio bastante significativo, com a sintomática ênfase em questões de menor alcance social (entre elas, a eleição direta do alcaide das capitais), o governo quase empossado de Figueiredo não dormia de touca. Ciente da profunda influência das bases eclesiais no setor operário, e nas camadas negativamente privilegiadas em geral, ele procurou, de maneira sistemática, retomar as negociações com o clero (especialmente o alto, reunido na CNBB), no sentido de solicitar a benevolente ajuda deste último, como mediador entre Estado e classe operária.

Deste modo, no dia 13 de fevereiro passado, temos na Folha de São Paulo, uma pequena notícia vinda da sucursal daquele diário em Brasília cujo título sugeria muita familiaridade: «Figueiredo receberá presidente da CNBB».

Por Roberto Romano.

Note-se a inversão: na realidade, o procurado foi o representante da Igreja. Logo, era ele quem recebia, cabendo-lhe pois o título de anfitrião. Para aquele encontro, o governo colocou de modo claro seu objetivo: «Ele (Figueiredo) está certo que a abertura provocará um surto de reivindicações que o Estado não terá condições de atender ou não poderá permitir que sejam contempladas pelo setor privado. Por outro lado, também está certo de que o Estado não poderá suportar as consequências de reivindicações não atendidas. É preciso encontrar um meio termo, isto é, soluções negociadas. Quando metalúrgicos, por exemplo, reivindicarem 80%, será preciso que alguém, insuspeito, proponha menos como solução conciliatória, vendendo argumentos convincentes».

Esse alguém, em condições de negociar com os setores reivindicantes, no entender de assessores de Figueiredo, é um papel que somente pode ser exercido pela Igreja».

A greve teve a interrupção conhecida. A Igreja cumpriu perfeitamente seu papel de mediação. Resta saber até que ponto ela será capaz, novamente, de propor soluções para os impasses da luta política entre operários, classes médias, empresários, vindo em socorro do Estado.

Por enquanto, seja ressaltada a rapidez com que ela soube se mover para superar as dificuldades surgidas com a recusa do diálogo, sob coação, por parte das bases operárias. Esta fluidez fulminante foi algo conquistado pela Igreja ao longo de sua história brasileira. Resultado de um metódico processo de modernização burocrática, que lança raízes imediatas nos anos 50,

Entre o céu e a terra

Qual o papel que cumpre a Igreja, enquanto Instituição, dentro do sistema capitalista? Esta é uma discussão que cada vez mais polariza as opiniões oposicionistas. Aqui um ponto de vista sobre a questão.

Para isto, ela cuidou de assentar bases na sociedade civil, mobilizando-se contra ou a favor do organismo estatal, sempre que seus próprios interesses estivessem ameaçados, ou que os dominados quisessem ir além dos «justos limites» toleráveis pelo direito natural eclesialístico.

Neste sentido, quem refletir sobre o esvaziamento da greve, verá que não foi inócuo o papel desempenhado pela cúpula clerical. O que coloca alguns problemas para aqueles que julgam ser possível descartar a curto, médio ou longo prazo a mediação do clero junto às massas católicas. Os defensores da imediatiz libertária das bases da Igreja também não estão melhor servidos. Certo, o Estado não confiou totalmente na hierarquia. Agir como sempre, pelo canal da justiça de classe e pelo efetivo uso do monopólio da força. Além disso, sem a vontade expressa da liderança da greve, não haveria o resultado «positivo» apreçoado pela Igreja, Estado, Fiesp.

Assim, a mediação eclesialística tem de ser entendida em sentido múltiplo e nunca unívoco: não houve um só instante de todo o processo em que os agentes antagonistas deixaram de estar presentes, atentos e, sobretudo, «mediados».

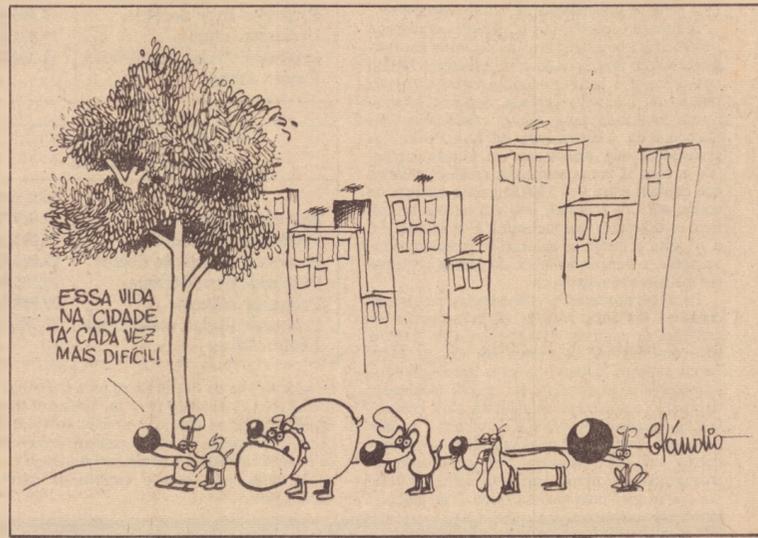
Note-se um outro elemento: no dia 29 de março último, D. Paulo Arns, arcebispo de São Paulo, voltando da Alemanha, advertia as classes patronais sobre as «verdadeiras» causas da greve. Antigamente, disse o bispo, as grandes companhias estrangeiras teriam surgido como exceções patronais louváveis, mantendo bom nível de salário e assistência social exemplar, hoje, acrescentou, o quadro se inverteu, e as firmas, especialmente as alemãs, não mais oferecem «condições humanas» (isto é, suportáveis...) para seus operários. O cardeal disse tudo isto também na Alemanha, onde foi recolher

alguns marcos da «Misereor», para ajudar em campanhas de assistência à periferia.

No mesmo dia, a grande imprensa anunciava que no bojo da visita do Chanceler Schmidt ao Brasil, estava posta a questão da garantia aos capitais alemães em caso de luta intestina. Inútil procurar a possibilidade daquela luta muito longe no tempo e no espaço: ela estava, naquele mesmo dia, sendo esmaecida com a mediação da Igreja.

«Nada há no céu e na terra que não seja mediado», já dizia um filósofo alemão do século anterior. Nem mesmo o processo de abertura democrática, diríamos nós. Infeliz quem paga os custos da mediação. Torna-se difícil, neste contexto, separar os interesses espirituais e os materiais, a religiosidade e o capital. Pouco importa sua origem: alemã, americana, japonesa ou brasileira. O caso alemão joga aqui o papel de paradigma. Democracia, temperada, é lá. Aqui, só se o lucro não for atingido. Entre democracia e lucro, apela-se para a intervenção dos responsáveis espirituais, ou diretores de consciências. Estes, por sua vez, tentarão colocar cada sujeito no seu «lugar natural», com as bênçãos divinas, tras

E a democracia capitalista nisto tudo? O exemplo alemão ainda é significativo: «quando a boa e velha democracia do século XX ficou muito idosa, ela enviou, para todas as direções, emissários encarregados de pesquisar a origem da miséria no mundo. Quando eles voltaram, souberam (...) que era ela, a democracia, a boa velha, que era causa de toda miséria, neste século XX» (Syberberg, H.J. Hitler, um filme da Alemanha).



TFP ataca de "O Cruzeiro"

A revista «O Cruzeiro» voltou e voltou prá valer! Mas já não é mais a mesma.

Ao que tudo indica ressurgiu como porta-voz da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; a famosa TFP. Esta é a conclusão que podemos tirar da leitura do editorial da revista que compara o «grupo organizado que coroou de espinhos e crucificou um homem que se chamava Jesus» aos «esquerdistas» de agora.

Por Resende Valadares Netto

Quando os concursos de «Miss Brasil» eram grandes acontecimentos que lotavam o Maracanãzinho e eram acompanhados no país todo, a revista «O Cruzeiro» era a mais vendida e tinha também sua importância. Ela refletia os interesses do momento.

Mas as coisas mudaram e a revista não. Com o tempo, ela era leitura característica dos gabinetes de dentista e salões de barbeiros, e foi perdendo sua antiga força, até morrer de vez, por incapacidade de transformar-se e também pela má administração.

Passados anos de seu enterro, eis que reaparece nas bancas uma revista um pouco menor, com o mesmo nome, e dizendo-se continuadora da antiga «O Cruzeiro». Porém, não é mais o «Cruzeiro» que já teve os humoristas Péricles (criador do «Amigo da Onça») e Millôr Fernandes. A nova revista «O Cruzeiro», segundo se comenta no Rio de Janeiro, voltou como porta-voz da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, a famosa TFP, que teria resolvido mudar um pouco de tática, abandonando talvez o seu campo de treinamento paramilitar em Itaquera e outros locais para dedicar-se agora a tentar «ganhar» adeptos para sua ideologia monárquica, extremamente conservadora, através de um órgão da imprensa.

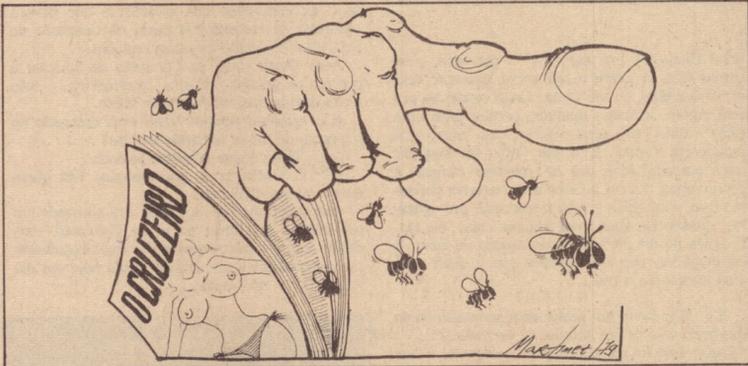
Essa, aliás, não seria a primeira vez que se criou um órgão de imprensa (no caso específico, recriou) para propaganda política de direita. Isso, sem falar nos diários tendenciosos e em jornais de outras épocas. Há alguns anos foram lançados, em São Paulo, os jornais «Expresso» - já falecido - e «A Carta», este pertencente ao jornalista Cláudio Marques, muito conhecido por ter sido o denunciador de Wladimir Herzog. «A Carta» ainda sobrevive, embora nunca se veja algum comprá-la. Os assinantes ainda a recebem num envólucro de plástico, que prova que, embora as vendas não apareçam aos olhos dos vis mortais, as finanças vão bem para o jornal de Cláudio Marques.

Heráldica e anticomunismo

Durante uma missa rezada pela alma dos «mortos pelos comunistas» nesse mês de março de 1979, no Rio de Janeiro, «O Cruzeiro» esteve presente através de jornalistas improvisados, vendendo a revista de nº 2457 (o que prova que eles pretendem ser uma continuação da antiga revista do mesmo nome, ainda mais que traz na capa um selo comemorativo dos seus 50 anos)

que tem matérias de muito interesse dos presentes agüela missa: um editorial-carta ao presidente Figueiredo, em linguagem que lembra realmente a TFP, comparando o «grupo organizado que coroou de espinhos e crucificou um Homem que se chamava Jesus» aos esquerdistas de agora, o que não deixa de ser uma inovação, pois até hoje os representantes do imperialismo romano que mataram o fundador do cristianismo são mais comumente comparados com as forças reacionárias de agora, representantes de outros imperialismos.

Mais adiante, uma reportagem repleta de fotografias de brasões de armas, sobre Heráldica, com o título «Conheça de perto suas raízes», relembra mais uma vez os sonhos monárquicos da TFP, embora ressaltando que «os títulos de



nobreza, em nossa época, não são mais hereditários», o que representa - nesse momento de «abertura» - uma adaptação, ou «abertura», de quem entende de «nobreza» às novas fontes de poder.

O negócio não parou aí. Um artigo contra a anistia, assinado por Joaquim José Freire Lagreca, diz que as «vítimas da subversão», entre 1965 e 1975, foram 97 mortos e 350 feridos e lamenta (mais uma vez a lembrança da TFP) «o silêncio de certa parte do clero».

Porém, para formar um prato cheio de anticomunismo, um artigo de F. Bandeira Filho - rastreador desconhecido nos meios jornalísticos do Rio - com o título «A UNE» está chegando na crista da agitação» adverte que «a história da «reconstrução da UNE» é a própria história da comunicação da juventude brasileira, nas escolas e nas universidades». E, para provar isso, procura

identificar as atuais lideranças estudantis e as chapas que as elegeram com o que chama de «Movimento Comunista Internacional», que utilizaria de um imenso jogo de siglas para confundir os menos acostumados. Se não enganou o sr. F. Bandeira Filho, é sinal que ele está acostumado.

Anistia é subversão

Para provar que é bem informado a que arquivos o articulista terá tido acesso?, cita todas as tendências do movimento estudantil, ligando-as ao Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista dos Trabalhadores, Partido Operário Comunista, e outros menos comuns nos boletins oficiais dos órgãos de repressão como o POI-Partido Operário Independente, TNAOE-Tendência Nacional pela Aliança Operária-Estudantil, TP/ER - Tendência Proletária de Esquerda Revolucionária e OCML-PO - Organização de Combate Marxista Leninista - Política Operária. Um mar de siglas na cabeça do senhor Bandeira e nos arquivos policiaiscosos que parecem ter servido para basear seu artigo.

Para encerrar, há uma lista de fatos «promovidos pelos agentes da subversão comunista», entre os quais inclui, uma feira-livre em benefício das famílias dos presos políticos, uma reunião em prol da libertação de Rosalice Fernandes, a comemoração do 33º aniversário da anistia (de 1945), um ato público pela anistia, uma conferência de Dom Paulo Evaristo Arns de

apoio ao Movimento Estudantil, o plebiscito (que horror a palavra plebiscito lembra plebe) pela reconstrução da UNE e as manifestações de repúdio às eleições indiretas.

Enfim, para não ser extremista de esquerda, segundo os conceitos deixados transparecer pelo senhor Bandeira, já sabem o que fazer, estudantes: ser contra o Movimento Estudantil e a União Nacional dos Estudantes, a favor das eleições indiretas e totalmente contra a anistia. As siglas que devem defender e apoiar sem levantar suspeitas deverão ser TFP, DOI-CODI, Dops e afins. E nada de greves, atos públicos e coisas semelhantes. Caso contrário entram para o arquivo do senhor Bandeira e seus nomes, se não forem incluídos na relação dos que vão para o fogo eterno que a TFP ameaça, acabarão no mínimo, em algum órgão de segurança defensor da moral e dos bons (mas nem tanto) costumes.

O quadro maldito

O artista plástico Lincoln Volpini foi condenado a um ano de cadeia pelo Superior Tribunal Militar. Seu crime foi ter produzido o quadro «Penhor de Igualdade», considerado pelas autoridades como uma «incitação à subversão e apologia da guerrilha»

Acusado de fazer «incitação à subversão e apologia da guerrilha», o artista plástico mineiro Lincoln Volpini Stalor poderá passar um ano na cadeia, se o Supremo Tribunal Federal não modificar a decisão do Superior Tribunal Militar que, na semana passada, condenou-o com base no artigo 47 da Lei de Segurança Nacional.

O «crime» cometido por Volpini foi a obra «Penhor de Igualdade», premiada em 1976 no IV Salão Global de Inverno da Rede Globo, e realizado em Belo Horizonte Volpini conta que a questão começou quando «uma senhoria da Censura foi ao Palácio das Artes, onde estava exposta a obra, para tratar da liberação de uma peça musical. Essa senhoria viu o quadro e comunicou-se imediatamente com a Polícia Federal, que apreendeu a obra».

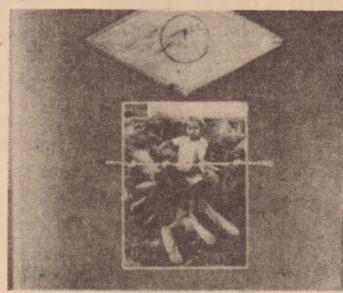
Jurado cego jamais viu o quadro

O artista, os jurados e algumas pessoas da Rede Globo de Minas foram envolvidas no inquérito. Mas no final só Volpini levou a pior. No salve-se quem puder, alguns jurados do Salão, que premiou a obra, afirmaram na Auditoria Militar nunca terem visto o quadro. Um deles, Mário Cravo, tentou provar que era «meio cego», apresentando um atestado de famoso oftalmologista assegurando que ele não poderia ter lido a inscrição no fundo do quadro porque sofria de catarata.

Volpini não recebeu nenhuma solidariedade por parte da Rede Globo, nem por parte da maioria dos jurados. Somente um participante do júri, Frederico Moraes, tentou ajudar, entrando em contato com a Globo, conseguir uma ajuda de custo para ir depor na Auditoria de Juiz de Fora, mas não adiantou nada. Recentemente, porém, Volpini recebeu o apoio da Associação dos Artistas Plásticos do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que lançou uma nota se posicionando a respeito.

Quando ao quadro, ele está há três anos recolhido na Auditoria Militar de Juiz de Fora, já todo arrebatado devido às vicissitudes de toda prisão. A esse respeito, Volpini afirma que em 1973, quando tirou a foto, trabalhava com o tema «população favelada» e que ficou bastante impressionado com a qualidade da composição, guardando a foto, que depois foi aproveitada no quadro.

A guerrilha do Pará teve início em 1967 e foi esmagada pelo Exército e Aeronáutica em 1975. Mas só se tornou conhecida pela opinião pública em 1978, quando o Coojornal publicou uma extensa matéria sobre o assunto, no que foi logo acompanhado por outros jornais, e mais recentemente com a publicação do livro «A guerrilha do Araguaia», pela editora Alfa-



O quadro «Penhor de Igualdade», de Lincoln Volpini, tem uma foto de uma menina abandonada numa das ruas de Belo Horizonte. Ao fundo, um muro no qual com dificuldade se pode enxergar a inscrição Viva a guerrilha do Pará.

Omega. Nos anos da guerrilha, a violenta censura do regime militar impôs um silêncio quase total sobre o tema, rompido apenas numa reportagem do «Estado de São Paulo», em 1972. Notícias da guerrilha só circulavam através do órgão oficial dos guerrilheiros, «O Araguaia», e eventuais pichações nos muros das grandes cidades.

Guerrilha do Pará

Quando o quadro de Volpini foi apreendido, em 1976, a guerrilha já estava praticamente liquidada pelo regime, que utilizou para isso cerca de 3.000 homens especialmente treinados e fortemente armados, além de aviões Mirage e bombas de napalm, contra cerca de 50 guerrilheiros, sem armas adequadas e com precária estrutura militar. Foram cenas costumeiras na região da guerrilha o cerco e prisão pelo Exército de todos os habitantes dos povoados, a exibição das cabeças de guerrilheiros arrancadas por mercenários a serviço do Exército, como também a tortura sistemática e brutal de todo suspeito de colaborar com a guerrilha.

Agora os fatos estão amplamente divulgados. Isto, no entanto, não significou uma mudança de atitude do regime: oficialmente a guerrilha nunca existiu e mesmo os processos contra guerrilheiros presos não se referem à participação na luta armada na região do Araguaia mas sim «milícia política ilegal» ou «reorganização de partidos ilegais».

Por esse motivo, a simples menção num quadro da existência de guerrilha no país passa a ser razão suficiente para levar um artista à cadeia.

Guia para uma visita aos presos políticos

Um dia com os 16 presos políticos atuais do presídio Milton Dias Moreira,

no Rio de Janeiro, «depois de uma incessante e fraternal conversa, a gente fica com a convicção de que a anistia é inadiável.

Quando estamos saindo todos acenam esperando um novo dia de visitas e esperando mais ainda o dia da saída».

Por Resende Valadares Netto

Não é muito difícil visitar os presos políticos do Presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro. Dos 16 presos atuais, a maioria veio da Ilha Grande, onde era bem pior: só os parentes mais próximos podiam chegar até eles, depois de enfrentar muitas horas num barco para ficar muito pouco tempo com seus filhos ou maridos. Outros vieram de Juiz de Fora, onde a barra é pesada também, e há até um preso vindo de Itamaracá, transferido durante uma greve de fome que liderava, em protesto contra os maus-tratos.

Hoje, cada um deles pode indicar duas pessoas que, se passarem pela censura da direção do presídio, terão o direito de entrar e - o que é mais importante, né? - sair no feíssimo prédio da rua Frei Caneca no sábado, entre 8 e 17 horas, domingo entre 12 e 17h30 e quarta-feira entre 12 e 17h30. Mas, é muito importante que o nome passe pela censura. Mais de 120 pessoas não tiveram seus nomes aprovados e, sem justificativa nenhuma, são proibidos de visitar os amigos.

Então, sendo dois visitantes para cada preso, 32 pessoas podem usufruir desse direito. Cada semana, a lista é renovada e há uma fila enorme à espera de que coloquem seus respectivos nomes na lista. Porém, às vezes uma pessoa com o nome aprovado só pode passar lá um dia, ficando os outros dois a que tinha direito desperdiçados e o resultado é que há dias de visita que não mais que meia dúzia de pessoas estão lá, para quebrar a monotonia da prisão.

O Ritual

Se você teve seu nome indicado por algum preso e aprovado pela direção do Desipe, basta enfrentar um ritual às vezes incômodo para chegar lá dentro e outro idêntico para sair.

Na entrada, conferem o seu nome com o da lista, pegam um de seus documentos, dando em troca um cartão e você passa, ante homens armados, pela primeira grade. Daí, caminha por um pátio até uma sala onde é revistado e apalpa-do para verem se não conduz nada de clandestino. Até os sapatos são observados por dentro e batidos no chão para ver se não cai nada de suspeito deles. Os papéis que tiver no bolso são lidos, os jornais e revistas são folheados e os objetos que conduzir para presentear os presos observados de todos os ângulos. Os pacotes de cigarro são abertos, os doces e sorvetes perfurados a faca e as garrafas de refrigerante abertas e cheiradas. Alcool não entra. Se houver algo suspeito, fica lá com seu nome e o nome do presenteado anotados, para entrega posterior - se for liberado.

Nesse ritual, a gente vê outras pessoas entrando com pacotes sem passar por nada disso: são as visitas dos ex-integrantes do esquadrão da morte, que podem ir lá todos os dias e não passam por nada disso.

Mas, continuemos com nosso «roteiro» de visita. Com os objetos liberados a gente atravessa mais um pátio, no fim do qual passa pela segunda grade, agora sem formalidade nenhuma, atingindo a «Praça de Esportes Milton Dias Moreira», segundo dizem as grandes letras do muro, onde presos comuns às vezes jogam futebol. A praça de esportes é composta de um mini-campo de futebol e um espaço quase do mesmo tamanho sem construções.

No fim da «Praça de Esportes», cujos muros têm uns cinco metros de altura e arame farpado em cima, além de algumas guaritas com sentinelas armadas de metralhadoras, há uma construção com duas portas: uma dá entrada para a ala dos ex-integrantes do esquadrão da morte e outra para a dos presos políticos. Da porta - ou melhor, grade - você diz quem vai visitar e te abrem e você entra. Aí, abrem a última grade - do outro lado - que dá entrada, finalmente, à ala dos presos políticos.

A entrada dá para o pátio, onde alguns tomam sol. Num canto, há um tanque que às vezes faz o papel de «piscina» (80cm por 150cm, mais ou menos) e um chuveiro (água fria, lógico, que preso não pode se dar ao luxo de água quente). No outro, em cima do muro, uma guarita com guardas armados. Embaixo um papagaio pertencente aos presos e espichado em algum lugar um gato preguiçoso, o «Reforma».

Há sempre uma expectativa: quem vem, quem não vem? Afinal, as visitas são o contato mais íntimo com o mundo exterior. Quase todos não dão um passeio sem compromisso lá fora há cerca de dez anos. Um deles está preso desde 1968: passou de preso comum a preso político e a situação do Rio de Janeiro - como de qualquer outra cidade - é muito diferente de quando eles entraram. Só uma imaginação muito grande pode lhes dar idéia do caso que ficou a cidade com o processo de «urbanização» desse período em que estão lá, isolados do mundo. Os jornais diários que entram normalmente e os «manicos» levados pelas visitas, além de livros, são as fontes de informação sobre o que acontece no País e no mundo.

Então, quando se entra lá, todos os presos vêm cumprimentar as visitas, mostrar as instalações aos que estão indo pela primeira vez. Depois é uma conversa intensa durante todo o período até a hora de sair. Pode-se conversar livremente no próprio pátio, no corredor ou nos cubículos (um beliche, uma mesa, cadeiras ou almofadas).

A curiosidade quanto ao cotidiano dos presos cessa logo. Está tudo à vista. É banho de sol e alguns exercícios físicos no pátio e o resto

depende de cada um. Leitura, conversa, artesanato, xilogravuras, «silkscreen» e escrever é o que podem fazer. Há também uma televisão no refeitório. Alguns estudam as leis e já as conhecem melhor do que muitos advogados, procuram estudar a situação jurídica própria e dos companheiros e chegam até a sugerir medidas para os advogados.

Expectativas

O que todo mundo quer mesmo é sair - é claro. Dos 36 presos existentes no fim do ano passado, 20 já conseguiram e os restantes esperam unificação de penas e mesmo diminuição delas, de acordo com a nova «Lei de Segurança Nacional», ainda não reconhecida por alguns juizes. O Judiciário funcionando com um pouco de rapidez (aí é que está o xis), poderá colocar todos na rua até o final do ano.

Enquanto isso não acontece, procuram melhorar um pouco as coisas lá dentro, o que se tornou um pouco mais difícil pelo clima de expectativa criado pela saída de alguns dos antigos compa-

nheiros presos na mesma época que eles (dez dos que saíram estavam há relativamente pouco tempo - estavam no «Processo MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado»).

Com a mudança de governo, mudou também a direção do Desipe, que é o órgão responsável pelos presídios do Rio. O atual diretor esteve lá, reunido com eles, ouvindo suas reivindicações, que são principalmente melhoria da comida, a autorização para visita aos mais de 120 cortados, a permissão para visita todos os dias (como ocorre com os presos ligados ao Esquadrão da Morte), a eliminação da lista semanal (qualquer pessoa poderia visitá-los, bastando apresentar um documento na entrada) e a permissão para pernoite dos visitantes uma vez por semana (atualmente só no Natal e mais um dia por ano as visitas podem pernoitar lá, e assim mesmo só alguns parentes).

O Passado

Nas conversas com os presos, pouco dá para perguntar coisas a eles: eles estão muito curiosos

e perguntam mais à gente sobre as coisas de fora. O passado, suas lutas e a forma como elas foram feitas, já foi analisado profundamente nesses muitos anos de reflexão obrigatória. Ninguém renega o passado, mas certamente não recorriam mais às mesmas maneiras de defender seus pontos de vista. O momento histórico é outro e todos têm consciência disso. E se alguns se ligaram a grupos, isso já não existe mais, as perspectivas são outras.

Conversando com eles, dá para se ver que tinha muita coisa errada nos cartazes que os chamavam de terroristas ou coisas do gênero. Eram jovens barrados de participação no processo político que, se erraram na forma de lutar por suas idéias, os culpados maiores são os que fecharam esse processo político, não lhes deixando outra forma de participação. E as marcas maiores dessa ação não ficaram na sociedade brasileira, mas nos seus próprios corpos e mentes que relembram torturas impunes, praticadas por «defensores» da sociedade brasileira.

Sobre essas coisas, sem espírito de auto-flagelação e sem idéia de vingança, mas apenas lembrando - provocados por perguntas nossas - de vez em quando contam-nos alguma coisa:

- Em Linhares (Juiz de Fora), presos como «terroristas», não podíamos ter nem fósforos na cela. Para acender um cigarro, era preciso pedir a um guarda, que aproximava com a mão trêmula de medo o isqueiro da gente. Depois viram que não éramos essas coisas que diziam da gente... «terroristas».

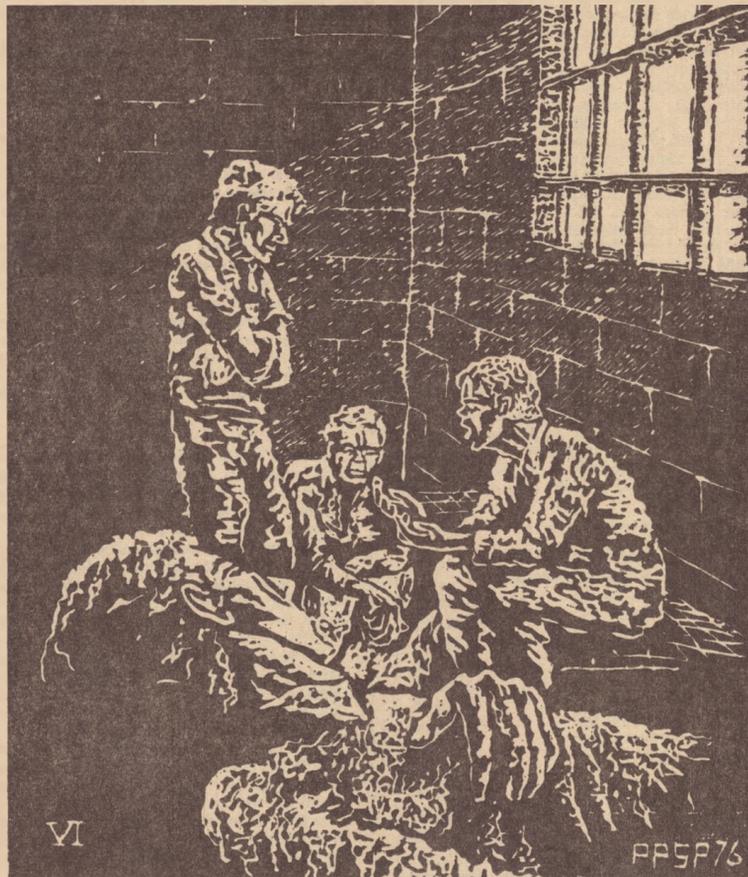
- Em Pernambuco, quando chegávamos em frente ao juiz, mostrávamos as marcas de tortura e ele nem deixava registrar no processo. Dizia que isso não interessava. Os advogados não reclamavam, tinham medo de ser presos também.

A saída

Depois de uma incessante conversa - tanto a gente como eles queremos aproveitar ao máximo esse raro contato - chega a hora de sair. Uma conversa tão fraternal que a gente quase esquece que eles não podem sair de lá, que oficialmente são «terroristas». Numa distração, pode-se até dar o endereço a eles e dizer: «apareçam lá em casa», ou «vamos almoçar juntos amanhã». Toma-se maior a convicção que a anistia é inadiável. Quantos como eles estarão perdendo um tempo valioso de suas vidas em outros presídios? Quantos estarão exilados, ansiosos para voltar?

A gente vai despedindo de todos, meio angustiado de sair e eles ficarem. Chegam até onde podem: a grade mais próxima. E acenam esperando um novo dia de visitas e esperando mais ainda o dia da saída, o dia da anistia.

Na volta, o ritual é o mesmo. E passa-se novamente pela revista, para que não se leve de lá qualquer coisa proibida. Na última porta, ou grade, pega-se de volta o documento e devolve-se o cartão e estamos novamente na rua Frei Caneca, nome de um grande lutador pela liberdade. Estranho hábito o de pôr presídios em ruas cujos nomes são de pessoas que certamente estariam contra eles. Em São Paulo o presídio político demolido ficava na avenida Tiradentes e num país vizinho temos até o presídio «de la Libertad».



Polônia

Apelo à sociedade

Pelo Comitê de defesa dos operários

O movimento de protesto operário de junho de 1976 revelou uma crise profunda da vida econômica e social do País. Não somente nada foi feito para resolvê-las como as causas da explosão continuam intactas — mas novas fontes de tensão social apareceram. O marasmo e uma desorganização crescente bloqueiam a vida econômica, política, social e cultural do País.

Desejamos que a nossa declaração sirva de advertência às autoridades contra a continuação de uma política que consiste em negligenciar conscientemente os verdadeiros problemas sociais e não a resolvê-los. A sociedade já se ressentiu por diversas vezes dos resultados trágicos desta política, sobre a qual as autoridades têm inteira responsabilidade.

Um aumento dissimulado de preços dos produtos alimentares seguiu-se àquele rejeitado em 1976 pela sociedade. Feito em larga escala, esse aumento foi realizado pela introdução no mercado de produtos substitutivos que mudam de preço com a etiqueta; esta tática atingiu muitos produtos manufaturados, inclusive o pão. A alta de preços no mercado oficial repercutiu no comércio privado, gerando o aumento dos preços das frutas e legumes. As proporções a que chegou o fenômeno são difíceis de se determinar.

As dificuldades de abastecimento, tanto na alimentação quanto nos produtos manufaturados, não param de aumentar. Um número enorme de mercadorias não pode ser adquirido sem enorme perda de tempo em filas de espera ou «debaixo do pano».

O problema do abastecimento em carne, da população, não foi resolvido, a menos que se considere resolução a abertura de mercados onde o quilo de salsicha custa o equivalente ao salário diário de um trabalhador: 150

a 200 zlotys o quilo... A alta dissimulada dos preços e das dificuldades de abastecimento provocam um aumento exuberante do custo de vida, que atinge principalmente as camadas mais carentes da população.

A situação sanitária é alarmante. A insuficiência crônica de investimentos nesse setor acabou por fazer diminuir nos últimos anos o número de leitos de hospitais, que já eram insuficientes para as necessidades, principalmente nos serviços psiquiátricos e de maternidade (Anuário estatístico de 1977). A exiguidade e o estado técnico de um bom número de hospitais, onde nada foi feito depois do fim da guerra criam condições que ameaçam a saúde dos doentes. Um obstáculo a mais consiste na insuficiência de alimentação e fornecimento de medicamentos nos hospitais e no mercado.

A situação da habitação, sempre dramática, não melhorou nos últimos anos. O déficit habitacional aumenta e o tempo de espera para se conseguir alojamento também. Paralelamente o custo do alojamento se eleva sistematicamente, pesando muito nos orçamentos familiares. Nas cooperativas de construção, o aluguel mensal com o custo do crédito pode chegar a uma soma de 3000 zlotys (o salário médio é de 3500).

As autoridades tentam compensar a desorganização da economia pela exploração redobrada dos trabalhadores. Aumenta-se a duração média do trabalho para numerosos grupos de operários. Os motoristas, os mineiros e muitas outras categorias profissionais trabalham de 10 a 13 horas por dia.

Privar os mineiros da possibilidade de recuperar os sábados perdidos no trabalho, obrigá-los a trabalhar no domingo e lhes impor um sistema de retribuição tal que uma falta leva a uma baixa de 20% do salário mensal, tudo isso é comparável com a exploração praticada nos primeiros tempos do capitalismo.

As diferenças entre os salários são excessivas e sem relação com a qualificação. A diferença entre as rendas é enorme. Existe na Polônia famílias onde as condições de vida são muito difíceis ao lado de outras sem nenhuma necessidade material.

Um fator suplementar de diferenciação social advém dos privilégios de que dispõem os grupos ligados ao poder: um abastecimento privilegiado, serviços de saúde e centros de férias especiais, alocação de residências, de terrenos de construção e de divisas. Estas são apenas algumas das facilidades de que gozam os grupos dirigentes. Daí resulta uma alienação social destes grupos, que não são mais aptos a perceber os verdadeiros problemas sociais.

Numa situação onde a crise econômica atinge toda a sociedade, e principalmente os grupos mais desfavorecidos, a manutenção dos privilégios especiais aos grupos dirigentes suscita justa cólera e indignação moral.

O elemento fundamental da situação econômica, política e social do País durante os últimos anos é a crise profunda da agricultura. Continua se manifestando no presente, os resultados da política de discriminação e de restrição levada a cabo nos últimos trinta anos contra a exploração familiar. No entanto, a colheita obtida num hectare de terra cultivada pela exploração agrícola familiar continua a ser superior à colheita correspondente nas explorações do Estado. Isto, assim como o fato de que o custo de funcionamento das firmas do Estado ultrapassa de muito a sua produção, não impedindo que investimentos gigantes sejam dirigidos para as cooperativas agrícolas.

A questão social

Há ainda a falta de carvão, de cereal, de forragem, de materiais de construção, o que limita fundamentalmente a capacidade de investimento no campo; provocando o êxodo de jovens para a cidade.

No atual momento, depois do estabelecimento do sistema de aposentadoria aos camponeses, as cargas financeiras que uma exploração agrícola deve pagar ao Estado ultrapassam a metade de seus rendimentos. A recusa de se fazer a cotização, levada a efeito por mais de 50.000 agricultores em todo o País, é o que caracteriza melhor a atitude do campo face à política do Estado. A violação da legalidade, aparecida depois dos acontecimentos de junho de 1976, virou uma política sistemática. Longe de se circunscrever a casos isolados, o espantamento de detidos pelos milicianos aparece agora como uma forma de justiça sumária, sancionada pelos superiores.

As verdades

Os documentos reunidos e publicados pelo Bureau de Intervenção do comitê de autodefesa social-KOR testemunham a impunidade total que gozam a milícia e os serviços de segurança. Mesmo as mortes de detidos não causaram nenhuma consequência para os funcionários culpados (...) o Conselho de Estado, a Dieta e o Ministério da Justiça ficaram indiferentes a todos os sinais de perversidade e anarquia que apareceram nos aparelhos policial e judiciário.

A usurpação pelo Partido do direito exclusivo e incontrolado de dirigir e também de impôr as suas apreciações em todos os domínios da vida ameaça mais particularmente a ciência e a cultura polonesa. A limitação externa à pesquisa livre, de difusão de seus resultados, principalmente no que diz respeito às ciências humanas como a filosofia, economia, a sociologia, a história; as exigências rígidas da doutrina imposta que, já há algum tempo, cessou de ser uma ideologia para se tornar um repertório de dogmas e de diretrizes arbitrariamente ditadas pelo poder; enfim, a nomeação de indivíduos incompetentes em postos científicos desde que estejam prontos a executar docilmente as ordens do aparelho político,

tudo isso empurra a cultura polonesa, e a censura preventiva afeta também a ciência e o conjunto da vida social e econômica do país.

Emprega-se a censura para abafar não somente qualquer observação crítica, mas também toda informação autêntica susceptível de contrariar os designios da autoridade, de mostrar à sociedade sua verdadeira imagem (...).

Está interdita publicação das obras dos criadores e dos pesquisadores mais eminentes. Os filmes mais ambiciosos nunca chegam a passar; épocas inteiras da história contemporânea são falsificadas ou silenciadas.

O sistema de desinformação constitui um círculo vicioso que acaba por atingir o poder que o criou. Segundo Zycie Warszawy (jornal diário de Varsóvia), 65% dos dados enviados ao Instituto Nacional de Estatísticas são falsificados; esta apreciação deve ser considerada otimista na medida em que uma falsa informação não pode engendrar uma decisão justa, a vida do país deve, fatalmente, ser tomada de paralisia.

A famosa «manobra econômica» aplicada há dois anos para sair da crise, lançada como sendo uma solução para a crise, revelou-se como um conjunto de medidas de ingerência imediata, arbitrária e não coordenadas com a vida econômica do país.

O resultado desta política, é a crescente desorganização da economia:

- O congelamento dos investimentos, na sequência do qual inúmeros trabalhos de construção foram paralisados, redundou em perdas avaliadas em milhões de zlotys;
- O bloqueio brusco das importações provocou interrupções da produção em toda a Polônia durante várias semanas;
- A exportação de produtos alimentares, que acarreta a escassez interna, agravou as provisões do mercado;

• Uma decomposição do sistema de planificação, acrescida à negação da economia do mercado e ao manutenção de um sistema anacrônico de gestão das empresas com a ajuda de ordens e diretivas, privou toda a economia polonesa de qualquer mecanismo de regulação.

O niilismo social

O sistema no qual as autoridades do Partido-Estado tomam decisões arbitrárias e irrevogáveis, tomado como infalível, produziu na consciência social da nação estragos difíceis de serem avaliados. Os esforços para se exprimir opiniões independentes e a exigência de obediência cega a qualquer diretiva partindo do alto, determinam o aparecimento de atitudes interesseiras e hipócritas, contribuindo para propagação do conformismo, a subserviência e o carreirismo. Ao mesmo tempo, priva-se da possibilidade de avanço e por vezes de trabalho pessoas competentes, esclarecidas e que pensam por si mesmas.

Os frutos do niilismo social são visíveis no alcoolismo, na corrupção, no desprezo do trabalho honesto e o elogio da astúcia.

Uma reforma econômica de base é, pois, necessária. Porém, esta reforma, mesmo que seja refletida e coerente não poderá mudar nada se encontrar a indiferença e o desencorajamento da sociedade.

Não serão Conferências de autogestão operária (instituição criada por Gomulka para substituir os verdadeiros conselhos operários) que poderão reimpulsionar a economia. Não serão os Comitês de controle social (organismos criados há alguns meses), que recrutam seus membros entre as autoridades, que encontrarão as causas do mau caminho da economia, da corrupção e da ilegalidade. O único resultado de sua atividade será uma desorganização da vida do país.

Fim da 1ª parte

Indochina

A estratégia de Deng Xiao Ping

Enfraquecer a União Soviética, deixar os americanos se afundar em guerras locais e ganhar assim vinte anos para tornar-se no ano 2000 o super-Grande, está é a essência do pensamento de Mao segundo WILFRED BURCHETT, em artigo publicado em «Afrique-Asie», nº 183.

Por Wilfred Burchett

Como uma guerra, mesmo que limitada, pode estourar entre dois países comunistas vizinhos, sendo que ambos possuem uma grande tradição revolucionária? No futuro!, os historiadores tentarão decifrar esta questão e procurarão as verdadeiras razões do ataque chinês ao Vietnã. Eles se perguntarão, também, como a China de Mao dizendo-se o verdadeiro guia do mundo revolucionário, pode mudar de amigos tão facilmente.

Para o chamado «pensamento de Mao», 1953 foi um ano decisivo. Esse ano foi marcado por dois eventos de importância capital: a morte de Stalin (em 5 de março) e, por ocasião do problema coreano, a descoberta de que a China poderia bater os Estados Unidos numa guerra terrestre travada na Ásia.

Segundo Mao, a morte de Stalin, a luta pelo poder que se seguiu e a ausência de um governo verdadeiramente sólido e forte durante muitos anos, acabou por enfraquecer a URSS. E!, da semi-derrota que os americanos sofreram na Coreia, ele concluiu que, se os Estados Unidos se envolvessem nas guerras da Ásia, também se enfraqueceriam. Se a China explorasse habilmente esta nova situação, ela poderia ganhar o tempo necessário para chegar no ano 2000 não somente como uma grande potência mas a potência.

As palhaçadas diplomáticas de Khrushchev e a amarga desilusão que suas revelações sobre Stalin causaram em todo o mundo comunista ajudaram Mao a fazer de Pequim um novo centro de referência para o movimento revolucionário internacional. Mao encoraja a formação de partidos «marxistas-leninistas», voltados para Pequim, que se oporiam aos PCs. TRADICIONAIS ORIENTADOS POR Moscou e denunciados como «revisionistas».

Os dividendos políticos

Além disso, Pequim alojou um movimento pela Paz, que rivalizava com o Conselho Mundial pela paz, sustentado por Moscou. E Mao chegou mesmo a tentar um movimento sindicalista asiático, voltado contra a Federação Sindical mundial, de inspiração moscovita.

Seria, evidentemente absurdo dizer que, se engajando mais e mais na guerra do Vietnã, três presidentes dos EUA aplicaram o «pensamento de Mao», mas, este engajamento servia para a estratégia chinesa de longo prazo. Se bem que se possa discutir as razões que os inspiraram, os chineses, durante esta guerra, tomaram um certo número de decisões.

No começo da intervenção americana, Pequim tudo fez para impedir a chegada de material militar enviado pela URSS ao Vietnã: interditiu o seu espaço aéreo aos aviões cargueiros soviéticos e impediu também a passagem de material pelas suas ferrovias.

É verdade que a China forneceu ao Vietnã uma grande ajuda militar e financeira enquanto este se batia e assim immobilizava uma grande parte das forças aéreas, terrestres e navais dos EUA. Mas, embora não contabilizando sua ajuda, o presidente Mao contava com os «dividendos políticos» que lhes seriam pagos pelo Vietnã.

O golpe

No dia 19 de fevereiro de 1979, dois dias depois do ataque chinês, o embaixador vietnamita em Paris revelava, numa conferência à imprensa, o conteúdo de um desses dividendos:

«Já em setembro de 1965, disse ele, a China queria que nós participássemos de um eixo Pequim-Hanói-Jacarta. Nós recusamos tomar parte de um golpe que visava a queda do regime do presidente Sukarno. O golpe foi tentado e fracassou. Mas a China só fez aumentar o seu apetece expansionista sobre a Ásia Sudeste. O golpe contra Sukarno foi apenas um começo».

Digamos a este propósito, que a direção do PC indonésio não estava animada a tentar este golpe, que lhe foi terrivelmente caro. Todos os dirigentes do partido foram presos e executados e muita centenas de milhares, de comunistas e simpatizantes foram massacrados num terrível banho de sangue.

O encarregado de negócio chinês em Jacarta, Yao Teng-shan, voltando para Pequim, tornou-se um dos principais adjuntos do «bando dos quatro» e acusa Chu En Lai e o ministro de Negócios Estrangeiros, Chen Yi, de perdidia, por não terem conseguido para o bom êxito da



Prisioneiro chinês: A invasão fracassou

«operação» indonésia. Mais tarde, por causa dos resultados desastrosos que obteve no breve período em que foi Ministro dos Negócios Externos, Yao Teng-shan, que entre outras coisas inspirou o saque da embaixada britânica em agosto de 1967, foi conduzido a um tribunal popular, condenado e executado. Mas, por ter-se recusado a participar deste golpe desastroso, o Vietnã foi tachado de ingrato e acusado de se afastar do conceito chinês de «internacionalismo proletário».

A situação piorou quando Ho-Chi-Minh recusa sustentar a «grande revolução cultural proletária» e recrutar «guardas vermelhos» entre a comunidade chinesa do Vietnã. Assim como Sihanouk no Camboja.

Ho pensava que, querendo exportar a «revolução cultural», a China atentava contra a soberania e a liberdade política vietnamita. Ele recusa também adotar as posições chinesas no debate com a URSS. E não seria difícil pensar que os efeitos secundários da «revolução cultural» levariam a uma mobilização dos vinte milhões de chineses do Sudeste Asiático (reforçados pelos partidos «marxistas-leninistas» sustentados por Pequim) em torno de uma política expansionista que tinha muito mais de nacionalismo chinês do que de vontade revolucionária.

Os vietnamitas (e os outros) acabaram se perguntando se a ajuda chinesa era realmente desinteressada e tinha o fito de ajudar a sua independência, ou se ela não era apenas uma carta no jogo dos chineses, que queriam tirar

proveito das dissensões entre os dois «Super-Grandes». A dívida aumenta mais ainda agora que a China começa a flertar com os EUA.

Uma das primeiras suspeitas sobre as verdadeiras intenções chinesas apareceu quando eles criticaram violentamente as primeiras tentativas vietnamitas para pôr fim à guerra por meio de negociações. No fim de janeiro de 1967, como eu informei as propostas do Ministro vietnamita dos negócios estrangeiros, que diz que se os bombardeios acabassem, se poderia começar a discutir, pude pessoalmente constatar que este projeto (que iria facilitar o desengajamento militar dos EUA) descontentava vivamente os chineses. E, mais tarde, eles exprimiram brutalmente o seu desacordo com os vietnamitas nos seguintes termos: «nós lhes pagamos para lutar, não para gastar o dinheiro enviando delegados aos hotéis parisienses». Eu tive muitos contatos com chineses bem colocados na hierarquia, e nenhum deles jamais pôde me explicar por que foi normal a China negociar com os EUA o fim da Guerra na Coreia e o desonesto para o Vietnã fazer o mesmo para acabar com a sua guerra. Mas, pode haver uma resposta: pelos acordos de Panmunjom, a Coreia foi dividida em duas e assim uma parte do exército dos EUA teve de permanecer imobilizada na Coreia do Sul. As negociações de Paris visavam, por outro lado, a renificação do Vietnã, o que acarretaria a retirada total das tropas americanas.

Política chinesa

Vimos uma outra manifestação desta política chinesa quando os vietnamitas, na primavera de 1975, anunciaram a Pequim que iriam lançar a grande ofensiva que poria fim à guerra. Os chineses, hostis a este projeto, aconselharam Hanói a manter a guerra em um nível reduzido e fazê-la durar ainda cinco, dez ou vinte anos».

Mais tarde, Mao dá o mesmo conselho a Pol Pot, que lhe pedia artilharia pesada para tomar Phnom Penh e derrotar o regime de Lon Nol simultaneamente à ofensiva final dos vietnamitas sobre Saigon. Mao recusa e diz a Pol Pot que ele ganharia com a guerrilha, mesmo que esta durasse ainda dez ou quinze anos. É finalmente Hanói que fornece a artilharia, e também os atilheiros, que permitiram a vitória final. É igualmente significativo que, durante a sua viagem aos EUA, Deng Xiaoping tenha dito a Sihanouk que a guerra no Camboja durará «alguns anos, talvez vinte anos».

Vinte anos. Se os chineses aconselham todos os seus amigos a fazer guerras de vinte anos, isto não é por acaso. Vinte anos (Chu En lai foi o primeiro a dizer) é o que fala à China para alcançar o Ocidente na agricultura, na ciência, na indústria e no exército, e o tempo que lhe falta para realizar o que ela chama de «quatro modernizações», que no fim do século deverão fazer da China (onde a população é maior do que a dos EUA e URSS juntos) o super-super-Grande.

«Os dirigentes chineses progrediram muito no anti-sovietismo, me disse um analista vietnamita.

Eles tentam compelir a Europa a fazer a guerra com a URSS, mas eles mesmos não a farão jamais, porque eles aspiram ao seu país a condição de potência número um do mundo. Se electrocam de amigos e de inimigos, isto está de acordo com a sua estratégia de longo prazo. Assim, durante muito tempo a Albânia foi sua amiga e Tito seu inimigo hoje acontece o inverso, porque Tito está melhor situado para enfraquecer a URSS».

Entre os numerosos pretextos para justificar a invasão do Vietnã (dar uma lição, destruir o mito da invencibilidade vietnamita, etc.), um se destaca: a China não pode permitir ao Vietnã estabelecer relações mais estreitas com a URSS. Em Pequim, diante de diplomatas estrangeiros, Deng declarou que: «nós podemos tolerar que a URSS tenha, no Vietnã, 70% de influência, contanto que os 30% restantes sejam reservados à China».

Mao, como Brzezinski...

Declaração muito estranha, pois foi Pequim, pela sua atitude, que forçou Hanói a se aproximar de Moscou. Com efeito, vietnamitas muito bem situados me asseguraram que, uma vez Hanói tendo decidido lançar a ofensiva de 1975, os chineses lhe mandaram um verdadeiro ultimatum: «Se vocês cooperarem com a URSS, nós cessaremos de lhes ajudar». Foi o que fizeram. Os acordos firmados durante a guerra foram respeitados durante algum tempo, mas em julho de 1978 todos os projetos de ajuda chinesa foram abandonados e Pequim repatriou seus técnicos.

Apesar disso, os dirigentes de Hanói acreditam que não são tanto as suas relações com a URSS que causaram a invasão chinesa mas, ontem como hoje, seu país constitui um obstáculo aos designios expansionistas de Pequim sobre o Sudeste Asiático.

Se esta análise é justa, os historiadores de amanhã terão a surpresa de descobrir que a estratégia de Mao e de seus sucessores é muito semelhante a de Brzezinski! Apenas com uma diferença: Esse faz jogar com o conflito entre dois países comunistas para assegurar o predomínio dos EUA enquanto que aqueles querem opor os EUA capitalista à URSS comunista para assegurar o triunfo da China. Mas, o mais difícil de prever é o que será a China do ano 2000.

Posta esta questão, resta saber como os dirigentes chineses a colocam. Com efeito, sobre o problema vietnamita, escutando Deng, depois do veterano Li Hsien-nien, depois Hua Guofeng temos diferentes opiniões sobre as razões do conflito e seus verdadeiros objetivos.

Isto confirma o que temos de boa fonte: existem dissensões profundas no seio da direção chinesa. Uma das mais graves é a que opõe aqueles que, como Deng, pensam que é fácil derrotar o Vietnã por, indiretamente, fazer frente à URSS, e aqueles que, em lugar de se fazer guerra a um vizinho comunista, a China faria melhor em se dedicando totalmente ao esforço das «quatro modernizações», de que já falamos. O resultado deste debate fundamental decidirá o futuro da China.

Equador

Uma ex-República Bananera?

O petróleo está movendo as estruturas de poder no Equador. Até há pouco tempo as oligarquias tradicionais, ligadas ao latifúndio faziam e desfaziam governos dentro da mais pura tradição de uma República Bananera. Mas o ano de 1979 pode ser decisivo no sentido de consolidar uma nascente burguesia ligada às rendas do petróleo, como setor hegemônico dentro dos grupos dominantes. A recente morte do maior caudilho equatoriano Juan María Velasco Ibarra (falecido no dia 30 de março em Quito) também aparece como um símbolo. Com ele foram enterrados quarenta anos de vida política deste país, em que dois terços da população recebe uma renda mensal inferior a dez dólares, enquanto um por cento dos afortunados têm uma renda comparável a dos melhores padrões americanos.

No próximo dia 29 de abril haverá eleições no Equador, quando deverão ser escolhidos Presidente, vice-presidente e os legisladores da Câmara Nacional de Representantes. Será o primeiro governo eleito depois de sete anos de ditadura militar fracassada em que nenhum dos principais objetivos — desenvolver a indústria petroquímica e assumir gradualmente o controle da riqueza petrolífera do país — foram alcançados.

Dois candidatos disputam a presidência, em segundo escrutínio. No primeiro, realizado a 16 de julho do ano passado participaram seis candidatos. Venceu o populista Jaime Roldos, mas sem obter a maioria absoluta. No dia 29, espera-se confirmar sua vitória contra Sixto Durán Ballén, da Frente Constitucionalista, um grupo de direita.

Um representante da burguesia dependente

Ainda que os militares tenham assumido o compromisso de entregar o poder ao governo eleito, no dia 10 de agosto, há um clima reticente em todo o país. Esta semana, o próprio candidato da Concentração de Forças Populares, agrupação populista, denunciou uma conspiração oligárquico-ditatorial para impedir o processo de institucionalização do país. Roldos citou, como sinais dessa conspiração, o endurecimento do regime em relação à imprensa e à campanha de calúnias contra seu programa político.

Roldos, de certa forma um novato, surpreendeu pela grande votação obtida no primeiro escrutínio. Herdeiro político

de Assad Bucaram, um líder populista de Guayaquil, Roldos representa uma alternativa dentro do sistema, ao arquie oligarca Sixto Durán. Para o candidato conservador, a lei de reforma agrária (que nunca foi cumprida) é a grande causa dos males do país, deixando entrever que pretende manter intacta a estrutura de poder fundiária, utilizando-se, no entanto, de recursos modernos para aumentar a produtividade.

O pensamento da esquerda

Para os grupos de esquerda, como o Partido Socialista Revolucionário, o Equador está vivendo um período de luta interburguesa pela hegemonia e definição de um novo bloco de poder. Nesse sentido, Roldos representaria a moderna burguesia dependente associada ao capital monopolístico internacional. O projeto, enraizado no controle das massas pelo Estado, visaria obter o consenso da grande maioria da população marginalizada para consolidar o poder hegemônico da burguesia dependente diante dos setores oligárquicos, representados por Sixto Durán.

Nessa batalha, a burguesia dependente está levando adiante seus projetos, forçando ingressos de capitais estrangeiros, mesmo colocando em risco sua posição dentro do Pacto Andino.

Em documento divulgado pela ALAI (Agência Latino-Americana D'Información, com sede no Canadá), o Movimento Revolucionário da Esquerda Cristã afirma que as atuais condições sócio-políticas são o resultado do processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, que se inicia fundamentalmente a partir desta década. Essa consolidação se realiza «em meio a uma crise de caráter econômico, político e social, que expressa a quebra das burguesias tradicionais que, no passado, detiveram o poder do Estado».

Para a esquerda revolucionária Cristã «a burguesia industrial quem delimita o processo de desenvolvimento capitalista no Equador em meio a contradições intensas com as facções burguesas reacionárias, o que se traduz inclusive em choques armados pela disputa do governo». É o caso da guerra de palácio em setembro de 1975, uma tentativa para

Com a morte de Velasco Ibarra, o velho caudilho de 86 anos e o fim dos governos militares que já duram sete anos, o Equador está vivendo um momento decisivo em sua história. No dia 29 de abril haverá eleições presidenciais com dois candidatos disputando o cargo. Sixto Durán, conservador, e Jaime Roldos, um líder populista. Os setores de esquerda acreditam que o processo eleitoral é o ponto culminante da etapa de transformações iniciada pelos militares. O objetivo é consolidar uma burguesia pró-imperialista como o setor hegemônico da classe dominante e pôr fim à dominação oligárquica dos latifundiários, sem maiores choques, isto é, sem nenhuma transformação radical.

derrubar o governo de Rodriguez Lara, consolidada em 1976.

A atual junta militar que governa o país maneja o processo de transformações institucionais como quis. Iniciadas as discussões para «democratizar o país», a junta manteve sob estrito controle todo o processo, enquanto a direita e a CIA agiam livremente contra os partidos de esquerda. O que não impediu, no entanto, que o povo manifestasse seu descontentamento em vários movimentos grevistas

Processo controlado

Diante da consolidação hegemônica da burguesia pró-imperialista, o Partido Comunista coloca como alternativa a unidade das forças «anti-imperialista e patrióticas» para levar adiante um plano de transformações progressistas.

Esse plano foi esboçado no documento de constituição da Frente Ampla de Esquerda do Equador, integrada pelos Partidos Comunista, Partido Socialista Revolucionário, Movimento Revolucionário Esquerda Cristã e Movimento Segunda Independência. Nesse documento, divulgado pela ALAI, estes partidos colocam como plataforma de luta o fim das leis repressivas contra o movimento operário e a atividade política, a participação ativa dos trabalhadores nos governos nacional e estadual e nos organismos de decisão do estado, luta pela igualdade da mulher e defesa dos direitos das comunidades indígenas, apoio à luta unitária das três centrais sindicais, liberdade de organização sindical e luta por aumento de salário. O documento também estabelece um programa de consolidação do poder popular, em uma fase mais avançada de transição.

Os militares que tomaram o poder em 1972, lançaram as bases da nova forma de dominação da sociedade equatoriana. E apropriou divisões das Forças Armadas que se manifesta em sucessivos golpes e contragolpes, indica a luta interna e as contradições dos setores dominantes.

Os coronelitos

Serviram como instrumentos para consolidação de novo bloco, atitude que levou o caudilho Velasco Ibarra a qualificá-los de «coronelitos insignificantes». No entanto, o próprio caudilho, que se dizia antioligarca seguiu na prática a herança política conservadora, durante os cinco mandatos, em que anunciou propósitos reformistas e nunca os cumpriu.

Durante seus governos e mesmo nos intervalos, quando outro grupo oligárquico assumia o poder, a CIA agiu livremente no país, como denuncia Philip Agee, em seu livro «Dentro da Companhia». Agee, ele próprio um agente no Equador revela como a organização infiltrava agentes nos grupos de esquerda, principalmente no Partido Comunista, nos altos escalões do governo e nos partidos políticos de oposição.

Os objetivos das operações da CIA, segundo Agee, eram contrabalançar a influência dos partidos de esquerda nas massas e formar líderes pró-Estados Unidos. A CIA esteve diretamente envolvida nas repressões, no exílio de vários líderes e até nos programas de desenvolvimento econômico, incluindo a lei de Reforma Agrária.

Dentro desse quadro, a união das forças de esquerdas, em torno de um processo de discussão político-ideológica e elaboração de um programa revolucionário-socialista surge como alternativa, ao mesmo tempo em que o proletariado vai adquirindo força e experiência em suas lutas. O Parlamento e todas as formas possíveis da democracia liberal seriam utilizados com essa finalidade, segundo o programa das esquerdas. Mesmo com a burguesia pró-imperialista manejando o retorno à democracia, o Equador não é mais uma tribuna para os caudilhos. Velasco, brilhante demagogo dizia: «Deem-me uma sacada e eu governarei». Hoje, para desespero da oligarquia, as coisas estão um pouco mais complicadas.

Oriente Médio

Pedras no caminho dos EUA

Por Jan Austin, do Internews

No despertar da revolução iraniana a administração Carter deu início a uma nova política de maior envolvimento dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e no Oriente Médio. O objetivo: assegurar a continuidade do fluxo de petróleo e persuadir os Estados Árabes de que, a despeito do Irã, o futuro estaria muito mais condicionado pela moderação e amizade com Washington do que pelo radicalismo árabe e a União Soviética.

As autoridades americanas acreditavam que esse objetivo seria difícil senão impossível de ser alcançado sem um acordo de paz egípcio-israelense — por isso a dramática viagem do Presidente Carter ao Oriente Médio num esforço de onze horas para remover os últimos obstáculos e completar o tratado.

A nova estratégia a longo prazo que estava sendo formulada pela Administração Carter para o Golfo Pérsico/Oriente Médio possuía dois elementos-chaves: o crescente papel militar dos Estados Unidos na área e a construção de uma coalizão regional anti-soviética composta por Israel e os Estados árabes conservadores.

A viagem de 10 dias do Secretário de Defesa, Harold Brown, no mês passado para a Arábia Saudita, a Jordânia, Israel e Egito refletiu a decisão política do governo Carter de assumir um papel militar mais ativo e visível na área. Brown prometeu que os Estados Unidos garantiriam a seus amigos mais armas e treinamento militar e «qualquer força extra necessária para enfrentar uma força externa à região». Para assegurar que a mensagem tinha passado, tanto Brown quanto o Secretário de Energia, James Schlesinger, decidiram deixar claro em uma entrevista de TV, no dia 25 de fevereiro, que os Estados Unidos estão dispostos a usar força militar se for necessário para proteger seus vitais interesses (suprimentos de petróleo) na região.

Aparentemente, ainda está sendo discutida a forma exata que a nova investida militar deverá tomar. Fontes do governo afirmam que os Estados Unidos não estão procurando estabelecer bases permanentes em Israel ou nos Estados Árabes e que não estão planejando transferir um contingente do exército ameri-

A assinatura de um acordo de paz entre o Egito e Israel era considerada um passo decisivo para a nova estratégia dos EUA no Oriente Médio depois da Revolução Iraniana. No entanto, apesar de alguns indicadores em contrário, os EUA acreditavam que os moderados árabes, sobretudo a Arábia Saudita, em última instância ficariam do lado de seus «aliados estratégicos». Mas a Conferência de Bagdá, realizada no último fim de semana e que uniu todos os países árabes — radicais e moderados — contra o Egito, pode mudar tudo. Aqui, uma retrospectiva da política americana que estava em curso e as insatisfações dos seus aliados.

cano para a região. A tendência seria, entretanto, de aumentar a curto prazo, no mínimo, a atuação da Marinha. O New York Times noticiou no dia 1º de março, que o Pentágono está insistindo em «uma considerável presença naval» no Oriente Médio, incluindo a criação de uma pequena armada regional operando fora da base naval americana localizada na ilha de Diego Garcia no Oceano Índico. Uma demonstração perceptível de apoio, o aumento das vendas americanas de armas, seria definitivamente parte desse pacote.

A Administração Carter já concordou também em vender 400 milhões de dólares em armas para o Yêmen do Norte e 140 milhões para o Sudão atendendo a um pedido da Arábia Saudita e está considerando outros pedidos de Israel e do Egito.

O segundo e mais dramático aspecto da nova política americana para o Oriente Médio é o esforço para chegar a um realinhamento político fundamental na região, que suplantasse as hostilidades entre árabes e israelenses em favor de uma nova coalizão, tendo por objetivo a prevenção do alastramento da influência soviética e dos radicais árabes. O conflito árabe israelense poderia, com efeito, tornar-se secundário em relação ao conflito Este-Oeste na determinação dos alinhamentos políticos na região.

A nova coalizão pró-oeste pretendida pelos Estados Unidos e que foi descrita por Brown, durante sua viagem, como «um novo modelo de cooperação de segurança» envolveria a Arábia Saudita, o Egito e Israel.

Tal envolvimento seria impossível sem um tratado de paz entre Egito e Israel. Nenhum Estado Árabe participaria de um alinhamento mal definido com Israel na ausência de um acordo de paz. As autoridades americanas haviam

concluído, portanto, que o sucesso do término das negociações de Camp David era o elemento chave para demonstrar aos Estados Árabes que os Estados Unidos podem ainda influenciar os acontecimentos na região e que a relação com Washington é proveitosa.

A falência das negociações por outro lado, provariam que as críticas dos radicais árabes a Camp David tinham razão e que os Estados Unidos não possuíam força para levar a cabo o projeto de paz. Se todas as possibilidades de acomodação fossem perdidas e a área caminhasse para um novo conflito, a União Soviética ganharia em importância e influência na medida em que se tornaria a principal fornecedora de novas armas para os árabes em uma nova guerra com Israel.

Mas, estava, claro que mesmo a assinatura do tratado, não removeria todos os obstáculos interpostos no caminho de um novo eixo pró-Estados Unidos no Golfo Pérsico e Oriente Médio.

EGITO

O presidente Sadat deixou claro várias vezes que estava ansioso para ter o tratado assinado de forma a poder voltar sua atenção a seus inimigos soviéticos e radicais árabes. No entanto, Sadat sempre mostrou-se menos interessado em unir-se a um condomínio de nações apoiado pelos Estados Unidos do que tomar a posição do Xá como o guardião ocidental da região. Sadat estava tentando convencer a Administração Carter que uma aliança entre os Estados Unidos e Egito era a chave para a estratégia americana pós-Xá. De acordo com uma notícia do Washington Post de 21 de fevereiro, Sadat sugeriu a Brown que — se os Estados Unidos equipassem o exército egípcio com milhões de dólares em armamento

moderno — suas forças assumiriam a responsabilidade «de garantir a estabilidade da região que se estende do Este da Arábia até o Afeganistão e do sul do Mediterrâneo para a região africana do sub Saara até a Somália. Os Estados Unidos não demonstraram desinteresse pela idéia. Enquanto advertiam que Sadat não deveria tentar o papel de «policia regional, o Presidente Carter, no dia 22 de Fevereiro, sugeriu um aumento do papel militar do Egito indicando que o Cairo «podia ser uma força estabilizadora Legítima», que poderia ajudar a «proteger os relativamente mal defendidos países árabes ou a preservar a paz na região». Entretanto, há uma grande diferença entre Sadat e o Xá. Enquanto o Xá tinha o seu próprio petróleo para usar no financiamento de suas ambições, Sadat depende da Arábia Saudita. E os sauditas se opuseram à fórmula usada em Camp David para o acordo de paz por considerarem que ele não resolve a questão palestina sendo, portanto, uma acordo desorganizador da unidade do mundo árabe.

ISRAEL

A revolução que deixou o Irã e seu sofisticado armamento inclinado para o lado da OLP aumentou a preocupação israelense com o seu poderio militar. Brown encontrou as autoridades israelenses com posições críticas tanto em relação à idéia de um aumento de armas americanas para o Egito e Arábia Saudita quanto à idéia de um consórcio informal árabe-israelense em oposição aos soviéticos. Em vez disso os israelenses querem construir sua própria força militar em relação à dos árabes. Eles estavam, portanto, tentando convencer a Administração Carter que a melhor maneira de proteger os interesses americanos na região é através de uma forte associação militar Estados Unidos-Israel.

ARÁBIA SAUDITA

A cooperação saudita era de qualquer modo essencial para a estratégia americana no Golfo Pérsico e no Oriente Médio depois do Xá. Apesar disso, os sauditas já haviam rejeitado a idéia de uma aliança

que os ligasse ao Egito e Israel apoiada «de fato» pelos Estados Unidos. Tal aliança isolaria os sauditas do mundo árabe e os tornaria alvo de intensa hostilidade por parte dos Estados Árabes radicais. Assim sauditas tendiam a se opor a qualquer coisa que popularizasse o mundo árabe temendo ficar isolados e sujeitos a ataques radicais de dentro e de fora.

O novo suporte iraniano para a OLP combinado com o término da luta entre os Estados radicais da Síria e do Iraque apontava para o fortalecimento dos radicais no Oriente Médio. Em tal situação os sauditas foram ficando cada vez menos interessados em adotar uma política que os colocasse contra seus vizinhos radicais.

Foram essas mesmas preocupações que levaram os sauditas a rejeitar todas as tentativas americanas de assegurar o seu suporte para as negociações de Camp David, deixando claro que eram bastante críticos à atitude de Washington de forçar aquilo que todo o mundo árabe entendia como sendo um tratado de paz em separado do Egito com Israel. A decisão do Príncipe Fahd de cancelar uma viagem planejada para Washington este mês foi apenas mais uma demonstração do desejo dos sauditas de se distanciar da política americana.

Contrariando as expectativas americanas, os sauditas não reagiram à revolução do Irã procurando uma ligação mais estreita com Washington. Ao contrário, eles aparentemente concluíram que os Estados Unidos não podem isolá-los das pressões internas do mundo árabe e que sua proteção mais segura está ligada ao estreitamento de suas relações com os radicais árabes. Possuindo um extenso território e um exército fraco, os sauditas se sentem mais à vontade «envolvendo» seus inimigos potenciais em vez de ameaçá-los e antagonizá-los. Além disso, os dirigentes sauditas estão se preparando para um período de instabilidade interna dentro da família real, um fator que os tornaria ainda mais ansiosos para evitar irritar seus vizinhos árabes radicais. A agência Reuter afirmava em 4 de março que os membros mais antigos da família real estão se preparando para a possibilidade de «que o enfermo King Khaled possa morrer ou deixar seu trono nos próximos meses. Essa possibilidade diz a agência Reuter levou «a uma intensa manobra interna entre os príncipes procurando alinhar-se para o trono. Um informe da polícia secreta americana dizia que a rivalidade entre os príncipes poderá dividir a família real com consequências adversas para os EUA.

Flagelados ao "Deus-dará"

O governo continua «enganando, maltratando e desconsiderando a população flagelada», esta é a conclusão da Comissão de Flagelados de Belo Horizonte, ao avaliar a assistência governamental prestada desde o início do ano.

Aos leitores do EM TEMPO:

Desde o início deste ano, com as chuvas caindo abundantemente em vários estados do Brasil, principalmente na região sudeste, milhares de pessoas ficaram sem as suas moradias e no caso da Grande Belo Horizonte, muitas vezes, também, sem os seus terrenos e lotes, onde pudessem reconstruir seus barracos.

Essa calamidade, que só fez piorar as já precárias condições de vida de muita gente, hoje tem a sua história: o governo de um lado, enganando, maltratando e desconsiderando os flagelados e de outro lado, a luta dos desabrigados pelo direito de morar e viver. E essa história que queremos contar e divulgar como forma de denúncia e registro da situação.

A luta, assumida desde o seu início por várias associações de bairros, vilas e favelas, ganhou logo a adesão de entidades como o CBA-Comitê Brasileiro pela Anistia, MFPA - Movimento Feminino Pela Anistia, DCE-UFMG-Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais e também de grupos de médicos, engenheiros e outros que iniciaram uma campanha por alimentos, roupas e medicamentos, além de providenciar o alojamento dos flagelados nos vários grupos escolares de Belo Horizonte, até que a situação fosse resolvida. Deste trabalho inicial e imediato é que surgiu a Comissão de Flagelados de Belo Horizonte que passou a coordenar a campanha como uma luta, no sentido de exigir do governo material para reconstrução dos barracos, terreno para quem os tivesse perdido e assistência necessária no período da reconstrução.

Estas reivindicações tinham sido definidas numa primeira assembleia geral dos flagelados realizada no dia 11 de fevereiro de 1979, na secretaria de Saúde do Estado e que contou com a participação de aproximadamente três mil pessoas. Estas exigências se mostraram necessárias porque a CHISBEL, órgão designado pelo governo para tratar do problema, não estava sequer, sensibilizada pela situação.

E a partir do desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, foi organizada a segunda assembleia geral dos flagelados contando com a presença de mais ou menos três mil e quinhentas pessoas. Esta assembleia decidiu que se deveria ir até ao governador exigir o cumprimento das reivindicações citadas acima. Do governador Ozanan Coelho recebemos a resposta de que seriam atendidas, o mais breve possível, as nossas reivindicações. Porém o que se verificou foi o seu total descaso. A CHISBEL, concedendo de mil a três mil cruzeiros para cada família, com prazos para recebimento variando de um a cinco meses e a polícia pressionando as famílias alojadas nos grupos escolares para que os abandonasse, o mais breve possível, foram as respostas concretas do governo.

Ora, mas como abandonar os grupos escolares? Para onde ir? Construir barracos com três mil cruzeiros?

O governo deu as suas respostas a estas questões: expulsou as famílias dos vários grupos escolares concentrando-as em apenas quatro estabelecimen-

tos (um dos quais estava abandonado há dois anos sem água, sem luz e condições de higiene insatisfatórias), servindo praticamente uma refeição ao dia e pressionando constantemente as famílias, através da polícia, não permitindo qualquer reunião ou reclamação, além de não ter reconhecido a Comissão desde o seu início.

De nossa parte, respondemos às arbitrariedades com uma nova assembleia geral em frente a Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia primeiro de março, contando com a presença de mais de três mil pessoas onde reafirmamos nossas reivindicações e fizemos nosso protesto contra a indiferença governamental. O efeito dessa assembleia foi logo notado: a CHISBEL aumentou em até sete mil cruzeiros o montante concedido aos flagelados (ainda que persistissem os problemas burocráticos) e o governo viu-se obrigado a anunciar a construção de mil casas no afastado bairro Gorduras.

Porém, no fundamental, a situação permaneceu idêntica: o descaso do governo com a situação de miséria da população flagelada continuava evidente: Os barracos no Gorduras foram visitados por engenheiros da Comissão Central e o resultado, mais que decepcionante, só deixou claro as intenções do governo. Os barracos construídos de madeira (material que pode durar pouco mais de seis meses) ocupando o espaço de 18m² cobertos com telhas de amianto se água, luz e esgoto ou qualquer outro beneficiamento (escola, hospital, supermercado, e tudo mais) por perto. Os barracos estão sendo levantados em terreno de terraplenagem recente, o que deixa, nos tempos da seca uma poeira enorme e nos tempos de chuva, um lamaçal insurportável.

Mais do que isso, os critérios sobre quem irá morar neles não está claro assim como as condições de propriedade dos barracos. Por último, a denúncia mais grave: o governo estava pagando à empresa construtora 25 mil cruzeiros por cada barraco, enquanto que os cálculos feitos pela Comissão indicavam que o custo real não ultrapassava 10 mil cruzeiros, ou seja, os ricos ficando cada vez mais ricos aproveitando-se da miséria e desgraça que se abateu sobre muitos.

Diante do descaso e descompromisso patente do governo, a Comissão que por esse tempo todo tem procurado fortalecer o nível organizativo dos flagelados em torno das associações de bairros, vilas e favelas, resolveu, enfim, não se prender às promessas do governo, e sem deixar de pressioná-lo a todo momento, auxiliar diretamente na construção dos barracos. Para tanto, as medidas tomadas foram iniciadas com uma campanha para obtenção de material de construção, promovendo, mutirões e organizando ocupação de terrenos da prefeituras e do estado por todos que tiveram seus terrenos inutilizados pelas chuvas.

Esta nova orientação dos trabalhos da Comissão tem nas Associações de moradores (ou núcleos organizados de moradores o seu suporte maior, pois serão elas quem organizarão os moradores para auxiliarem nos mutirões.

Resta ressaltar mais um dado nesta curta história, tão densa de fatos: no momento em que estamos escrevendo este relato-denúncia os flagelados do bairro Betânia, que haviam sido expulsos do Grupo Escolar local e também do terreno particular ocupado até há pouco, invadiram um terreno da prefeitura. E mal assentaram seus pertences naquele local a sombra da repressão policial já rondava por aquelas paragens.

Solidariedade

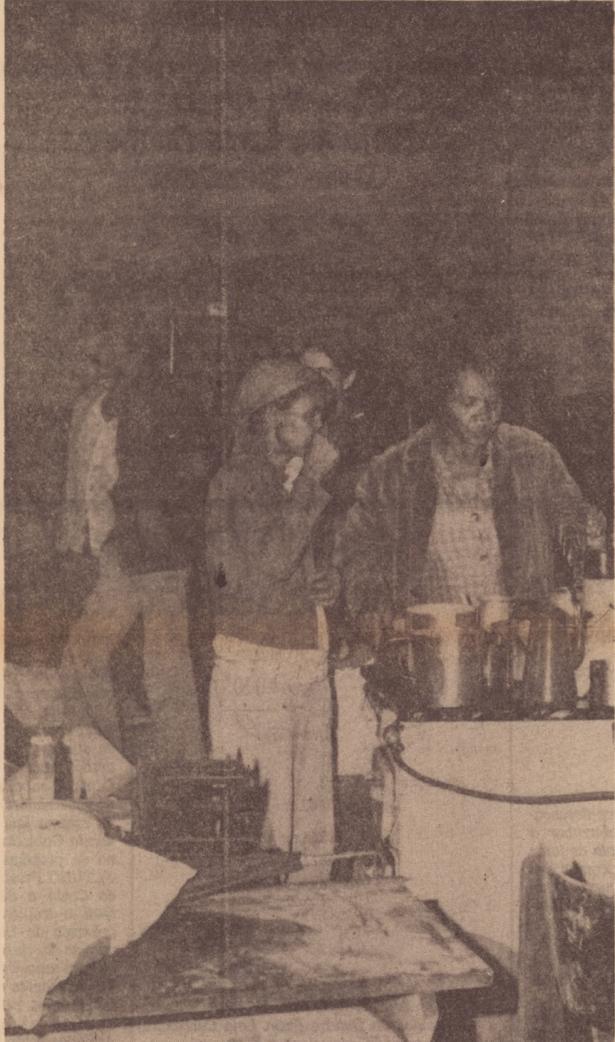
Com a intenção de garantir a integridade física e moral das famílias ocupantes, a Comissão Central organizou um plantão que rapidamente se mobilizou (e já havia se mobilizado por três vezes) para responder, de forma imediata, a qualquer problema advindo da ocupação e proteger as famílias abrigadas ali. Na noite de sábado, dia 24 de março, a polícia militar mineira enviou aquele local um Regimento de Cavalaria e mais um caminhão de mili-

cos para expulsar as famílias deixadas ao «Deus-dará» um grande número de crianças.

Queremos encerrar este relato-denúncia comentando, que, ainda que possa parecer ilegal qualquer ocupação de terrenos públicos não utilizados, esta ilegalidade se dilui na problemática maior, que significa deixar milhares de homens, mulheres e crianças sem qualquer proteção e abrigo.

Clamamos, portanto, pela atenção e compreensão da opinião pública brasileira para a realidade que hoje vivem muitas famílias em Belo Horizonte. As chuvas intensas que aqui caíram, agravaram a miséria já existente muito antes, alcançando os limites além dos quais as respostas determinadas pelo instinto de sobrevivência se apresentam como soluções necessárias.

Comissão de Flagelados de Belo Horizonte



Flagelados se organizam

Cartas, críticas, sugestões, apertes, etc. para Rua Mateus Grou, 57 Pinheiros, São Paulo CEP: 05113.

Oparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esboço para não ultrapassar 30 linhas de texto dactilografado. E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, deem seus nomes e endereços completos.

"O cacete verbal leva ao cacete físico"

O debate sobre o socialismo cubano tem dado muito pano pra manga, desde que EM TEMPO publicou o primeiro artigo sobre a sociedade cubana em setembro de 1978. Daí para frente a polémica se desdobrou nas seguintes edições:

- 1 — EM TEMPO 29 — «Eu fui ao festival de Havana» de Manoel Bappi
- 2 — EM TEMPO 43 — «Nós também fomos a Cuba» de S. Silva e B. Flores
- 3 — EM TEMPO 48 — «Noctiva, execrável, crapulosa, confusa, reacionária» primeira carta: Paulina Lanel, Luiza Rodrigues, Renato Petri e Adilson Mion.
- 4 — EM TEMPO 55 — «Cuba é maior?» segunda carta: Manoel Bappi.

Foi o segundo artigo que esquentou o debate. Os autores da primeira carta não gostaram dele e não pouparam adjetivos para criticá-lo EM TEMPO, na expectativa de dar andamento a este debate procurou dar destaque às adjectivações com que o «Nós também fomos a Cuba» foi criticado. Nossa intenção foi, única e exclusivamente, de incentivar a polémica. No entanto, como frisam os companheiros da carta publicada nesta edição, acabamos dando a entender que apoiávamos as posições dos autores da «Noctiva, execrável... etc». Pelo contrário. Nossa postura é a de estimular a quebra das condutas que se apresentam como sectárias e dogmáticas. Contudo, é preciso deixar claro que as questões não estão esgotadas e o debate continua.

Nocivos, reacionários, inescrupulosos, gentilha, covardes. Tal bolorenta adjectivação, muito em voga no movimento comunista internacional há algumas décadas ressurgiu no Em Tempo nº 48, diretamente de São Paulo. O que significaria? Nostalgia dos tempos em que tudo era fácil? Em que questionar os dogmas era Pecado Capital? Estaria o retrô ditando as ações dos que pretendem mudar o presente? Infelizmente, não se trata de nenhum acesso saudosista ou de moda passageira. O maniqueísmo, o simplismo, seguem firmes em parcelas ponderáveis da esquerda. O bom e o mal...Deus e o Diabo...O preto e o branco...O certo e o errado. Afinal, pensam, prà que complicar, se já está tudo na Cartilha?

Lição nº 1: Nos países onde o Partido Comunista está no poder existe uma democracia do proletariado (ilustração: crianças saudáveis, coradas, brincam de roda em meio a um bosque).

Lição nº 2: O Partido Comunista é o único Partido da classe operária (ilustração: um operário, em impecável macacão e reluzente capacete, diz, com voz firme, e imaculada, dede em riste: «Não aceite imitações!»)

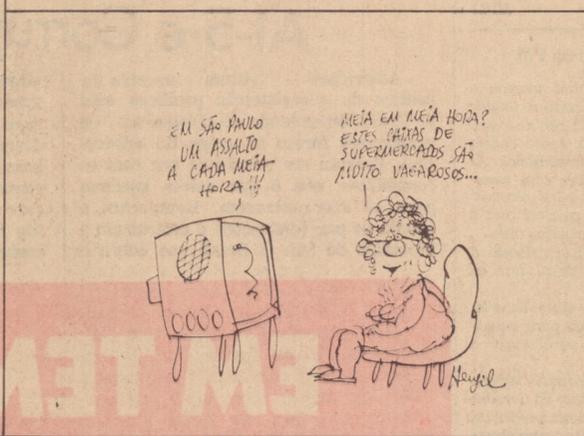
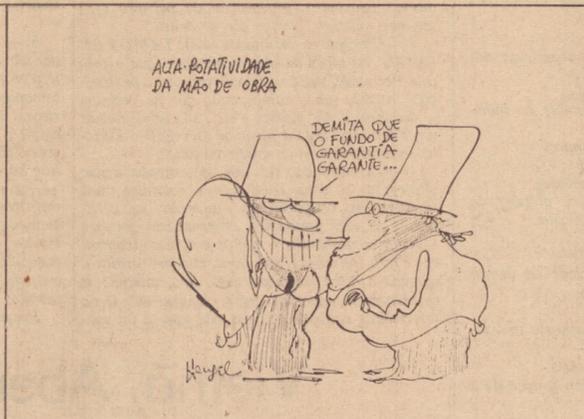
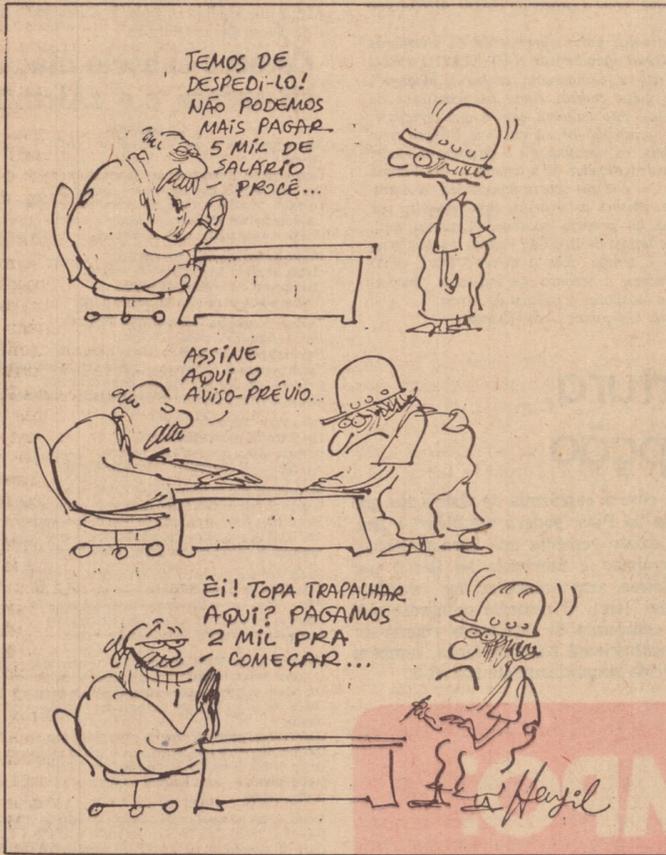
Lição nº 3: Tudo o que o Partido diz é verdade (ilustração: como cenário, um aprazível convescote. Um funcionário do Partido, com ar bondoso e sincero, olha o céu azul (até demais) e o so que brilha, e proclam «Parece que não Lição nº 4: Quem critica o que o Partido diz é mentiroso, inimigo do proletariado, anticomunista e, sem dúvida, agente da burguesia (ilustração: soturno, nariz adunco, um homem todo de negro contempla a perfeição da sociedade que o rodeia. Na mão direita uma também negra bomba, longo pavio. Na mão esquerda, um isqueiro com o logotipo «Coca-Cola». No olhar, a traição. Ve-se logo que pretende destruir toda aquela felicidade que sua mente doentia não consegue aceitar).

Este raciocínio, que identifica como inimigos, traidores, os que não acham que Ivo Viu a Uva, tem causado imensurável atraso à elaboração, às novas práticas, à superação de nossos inúmeros erros. Gritar aos quatro ventos — alto e em bom tom — a Maravilha Paradisiaca dos países onde um dia houve uma Revolução, ou onde exista um processo revolucionário! Eis a consigna. O resto é semear dúvidas. Portanto, raios e tempestade sobre os deletérios. Ousar, quem há de?

Já disseram nossos «críticos», não há que discutir. Até informaram que «seus (nossos) conceitos foram simplesmente rejeitados e jogados no lixo pelas consciências lúcidas». Pois é... Essas «consciências lúcidas» tem jogado muita coisa fora. Menos mal se agora, no Brasil, jogam apenas conversa. Mais tarde, se a correlação de forças mudar a seu favor, poderá dar o mesmo destino a coisas sérias.

Uma pena que um artigo elaborado só tenha suscitado como «resposta» um amontoado de impropérios. Louve-se a disposição de Em Tempo em publicá-la assim mesmo, a um jornal democrático não se permite censuras. Só ficamos sem entender o subtítulo conivente: «Quatro leitores do Em Tempo baixam o cacete na matéria. Nós também fomos a Cuba, publicada recentemente». Este cacete verbal, a história tem mostrado, transforma-se com enorme facilidade em cacete físico, picaretada na moleira e até fuzilamento.

S. Silva e B. Flores.



Depois da «Novela da Traição», um dossiê sobre a agitação nas Forças Armadas Linha dura pregou rebelião nos quartéis

A radicalização das divisões nas Forças Armadas, inclusive nas Polícias Militares, não se limitou, a partir de 1975, à «Novela da Traição», publicada na íntegra pelo EM TEMPO n.ºs 55 e 56. Um enorme dossiê de panfletos e documentos que circularam nos quartéis e nas altas esferas palacianas, dando conta do clima reinante nos meios militares, foi recentemente coletado por este semanário. Damos aqui uma mostra desse dossiê, considerando que o atual governo Figueiredo continua como alvo das críticas dos setores militares que se contrapuseram à política desenvolvida pelo general Geisel. De modo geral, tais panfletos e documentos são expressão de setores da ultra-direita das Forças Armadas, atualmente neutralizados, mas ainda ativos em suas articulações nos quartéis, à espera de melhores oportunidades. Os panfletos e documentos, muitos dos quais divulgados em primeira mão, falam por si só.

LIBRAC quer ver sangue

Liga Brasileira Anti-Comunista
Você precisa ensinar mais os seus pupilos do KGB a trabalharem com mais segurança. Nós somos uma Sociedade de amadores. No entanto, a coisa mais fácil para nós é acompanhar as atividades dos seus espíões aqui no Brasil; Francamente, ficamos decepcionados com o nível operacional dos seus capangas. Imagina você, que por várias vezes estivemos com o Serguei, Samoussenko, Astakov 4, Staliarov 5 e outros, sob a nossa mira. Para dar prova da nossa presença, estouramos o escapamento do carro do Vladimir 6.

Vocês estão corrompendo brasileiros e aqueles que estão trabalhando para vocês serão devidamente Justicados. Da próxima vez será para valer. Vamos estourar o miolo de um russo.

Mestre Grousha
Você que vive se locupletando da miséria dos outros, que está corrompendo e ajudando a corromper as pessoas, que tem colaborado com a infiltração comunista e tentando comunizar o País, toma CUIDADO. Chegou a hora do BASTA.

Decidimos tomar a iniciativa de defender os ideais democráticos, combatendo a corrupção e o comunismo, uma vez que o Governo está omissos e corrompido.

Este é o primeiro e último aviso. Cabeças vão ROLAR e a sua poderã ser a próxima.

Por um Brasil maior
Direção Nacional (LIBRAC)

1. Primeiro-secretário da Embaixada Soviética — Chefe da Segurança da Embaixada — reconhecido KGB no Brasil desde 21 de novembro de 1973.

2. Há mais de um com este nome. Como não está indicada a época do fato, pode-se estabelecer a hipótese de que se refiram a ocorrências em 1975 e assim relacionar: MOUJICHININ — Terceiro-secretário, Adido de Imprensa, com grande atividade entre brasileiros, regressou em fins de fevereiro de 1975;

PONCMARENKO — Economista-Chefe da Representação Comercial em Brasília, regressou em meados de agosto de 1975;

3. Wladimir, Terceiro-secretário, no Brasil desde 11 de novembro de 1971, está com seu regresso previsto para breve. Suspeito GPU. Se destacou, em Brasília, pelas «conquistas amorosas».

4. Eugênio, Primeiro-secretário, no Brasil, pela terceira vez, desde 3 de maio de 1972. Suspeito KGB.

5. Wladimir, Primeiro-secretário, no Brasil desde 24 de março de 1974. Suspeito GPU. Tem atuado no setor artístico. Trabalhando para a vinda de elementos do setor ao Brasil.

6. Por informação do dr. DANTE NARDELLI, a quem Grousha entregou este documento, tratase de Wladimir Samoussenko, cujo carro apresentou realmente tal defeito. (Notas manuscritas, aparentemente dos serviços de segurança do governo).

O amigo "A" escreve a Figueiredo

Meu caro Figueiredo
— Há dias numa roda de velhos e leais amigos e companheiros, estivemos comentando e procurando saber ou melhor, procurando compreender certos fatos que estão se passando com você.

— Nós o conhecemos de longo tempo. Temos ainda aquela imagem do verdadeiro oficial de cavalaria, do homem íntegro, inatacável, inimigo dos corruptos e dos comunistas. Temos ainda bem presente a tua atuação anterior, como Chefe da AC/SNI. Entretanto, não conseguimos entender como agora você se deixa envolver e dominar por esse crápula, por esse traidor que é o teu Chefe de Gabinete, o cel. Nilton Oliveira e Cruz.

— Não conseguimos atinar qual a razão pela qual você deixa que p Nilton controle e bloqueie

a correspondência e os seus amigos só levando a seu conhecimento o que interessa a ele, ou melhor, à sua causa que ele defende traiçoeiramente sob o comando do Golbery.

— Não sabemos por que motivo você se deixa comandar pelo Golbery, quando ele, por suas atribuições nada tem a ver com o SNI, no entanto, ele dá ordens ao SNI e até do C.S.N. e ambos o obedecem.

— Que está acontecendo com você?

Isso tudo será medo do Golbery? Será que você já está na «onda da distensão» ou você foi mordido pela «mosca azul» e pensa que ele o ajudará a ser Presidente? Não se iluda, os que pensam chegar ao poder com a ajuda dos comunistas, sempre terminam mal...

Teu amigo de sempre, A.

Campanha de morte simbólica contra Golbery Dow Chemical



Ajude-nos - Reproduza e mande um para GOLBERY.



Loja maçônica intervém na questão do petróleo



A Petrobrás é intocável

Os irmãos do Quadro desta Loja Carbonária por unanimidade, aprovaram a seguinte resolução:

1 — A luta ineludível de Monteiro Lobato e de milhares brasileiros que foram perseguidos, presos e torturados para que O 'PETRÓLEO NOSSO', continue — eterno — no Brasil;

2 — A Petrobrás mantém, através uma subsidiária: Braspetro, prospecção de petróleo (!?) em outros países; porque não no Brasil?

3 — Porque os chamados «CONTRATOS DE RISCO», ao invés de empréstimos para que a própria Petrobrás faça, no Brasil, a própria prospecção — documental, jazidas e etc., não seria melhor um EMPRÉSTIMO a invés de DIVIDIR o Petróleo encontrado com as multinacionais?

4 — A revolução de 1964, desvarada e não planejada já está «deitando e rolando», nos desastres da ocupação da Amazônia; no BNH, fora de suas finalidades emprestando dinheiro — juros escorchantes — até as empresas telefônicas e pra Petrobrás, não seria melhor? Viram a quantas o dólar, somente neste ano, atingiu? E os chamados «acordos entre cavalheiros»? E as tais multas simbólicas. Será este fato, a tal soli-

dariedade revolucionária? Então a corrupção, malversação dos dinheiros públicos continua, a redea solta, com «nomes» (mordomia, por exemplo) diferentes?

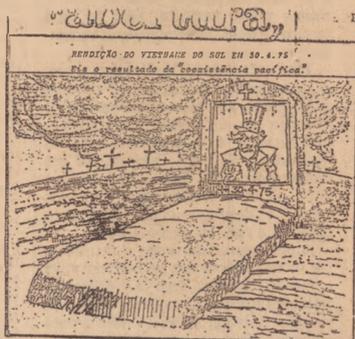
5 — A revolução de 1964 irá ultrapassar — bater record — da ditadura Vargas? Quem indica os atuais presidentes da República? Os nomes, desde Castelo Branco, SURGEM e o Senado-Câmara, submissos (partido da maioria) aprova; os governadores e os prefeitos, por sua vez, são da mesma laia (a camarilha dos «coronéis» da novela Gabriela), pela cúpula escolhida. A máquina de propaganda revolucionária já antecipa o FUTURO Presidente em prol do nome de Golbery do Couto e Silva; perceberam a «manobra»? Qual o trágico papel ao Brasil da malfadada presença de Delfim Neto em tudo isto: recordam-se da «inflação importada» e ele aquinhou-a com uma Embaixada em Paris? Sabem quantas promoções de Generais e Oficiais, só nestes ONZE anos revolucionários foram promovidos? Uma fábula! Sabem quantos Oficiais das Forças Armadas estão em sinecuras civis? Pobreczanas e Osório que vem desustrada a mácula — mistica dos militares do Brasil que entendem é de seus arcaicos regulamentos e treinamento (aviões obsoletos, armas antiquadas para a guerra moderna) disciplina peculiar aos muros das casernas e não transformar o Brasil num imenso Quartel que, com a graça do GADU AINDA não é...

6 — Ironia, um ex-presidente da Petrobrás dar-lhe como mandatário NÃO ELEITO PELO POVO (isto é democracia senhores maçons?) tamanho golpe mortal como os «contratos de risco». Este fato culmina com o que tememos: agora a divisão do Brasil em dois campos irremediáveis: os vendilhões e o da intocabilidade. Não há outra escolha. E a anistia — até Vargas perdeu — e o que ocorre nos porões da Administração: prisões arbitrárias, tipo sequestro por elementos do próprio governo? Estamos mal, irmãos, é tempo de BASTA! Voltem aos quartéis, enquanto é tempo, pois a demora trará como consequências: a desonra dos militares, incompetentes e incapazes à política do Brasil... Joaquim Gonçalves Ledo (Diderot)

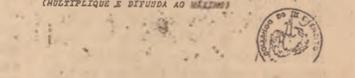
Vietnã, Abertura, AI-5 e Corrupção

Americano — vítima inocente da política de «coexistência pacífica» aqui no Brasil denominada de «Distensão». Os americanos foram no golpe da «distensão», fizeram um acordo de paz com os comunistas, era o que eles queriam para se reorganizarem. Romperam o acordo de paz (distensão) e destruíram o Vietnã do Sul. O Brasil que «abra o

olho» com a «epidemia de distensão» que grassa no País, poderá significar o fim. Aqui existe remédio que cura-projetado, desenvolvido e fabricado no Brasil por brasileiros, sem necessitar das «multinacionais» (sic). O remédio milagroso que cura «epidemia de distensão» chama-se: Ato Institucional Número Cinco, também conhecido simpaticamente por AI-5.



«GREGÓRIO BRANCO» - vítima inocente da política de «coexistência pacífica» aqui no Brasil denominada de «Distensão». Os americanos foram no golpe da «distensão», fizeram um acordo de paz com os comunistas, era o que eles queriam para se reorganizarem. Romperam o acordo de paz (distensão) e destruíram o Vietnã do Sul. O Brasil que «abra o olho» com a «epidemia de distensão» que grassa no País, poderá significar o fim. Aqui existe remédio que cura-projetado, desenvolvido e fabricado no Brasil por brasileiros, sem necessitar das «multinacionais» (sic). O remédio milagroso que cura «epidemia de distensão» chama-se: Ato Institucional Número Cinco, também conhecido simpaticamente por AI-5.



«GREGÓRIO BRANCO» - vítima inocente da política de «coexistência pacífica» aqui no Brasil denominada de «Distensão». Os americanos foram no golpe da «distensão», fizeram um acordo de paz com os comunistas, era o que eles queriam para se reorganizarem. Romperam o acordo de paz (distensão) e destruíram o Vietnã do Sul. O Brasil que «abra o olho» com a «epidemia de distensão» que grassa no País, poderá significar o fim. Aqui existe remédio que cura-projetado, desenvolvido e fabricado no Brasil por brasileiros, sem necessitar das «multinacionais» (sic). O remédio milagroso que cura «epidemia de distensão» chama-se: Ato Institucional Número Cinco, também conhecido simpaticamente por AI-5.

Corrupção e outros crimes

1. A CORRUPÇÃO prolifera livremente em setores vinculados à administração pública, no seio de entidades e empresas privadas e desgraçadamente no seio da própria Família.

Combater a corrupção continua sendo objetivo permanente de patriotas autênticos. A «luta» tremenda liderada pelo General Domingues, secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, quando se propõe a moralizar sua própria Polícia, é testemunha do afirmado.

O que dizer-se do aumento crescente do uso do «tóxico» pela juventude, uso facilitado pela omissão dos pais, dos educadores e pela convivência de grande parte dos encarregados pela sua repressão. Veja o que anda acontecendo nos «cursinhos» pré-universitários de todo o Brasil. E a indústria da «falência fraudulenta», envolvendo grupos econômicos e lançando, pela impunidade de que gozam, o descrédito na ação dos setores de fiscalização e na própria opinião pública.

2. A Igreja e o sistema

Incapaz de administrar a sua própria «instituição», em decadência irreversível, a Igreja Católica «Progressista», após a espúria aliança com os vermelhos de todos os matizes, agride os militares e a Revolução de Março, como se ela, a Igreja, tivesse moral para atacar ou defender alguma coisa.

3. A subversão — a convivência e a omissão

Deputados e Senadores omissos têm favorecido a ação dos coniventes com a subversão. Como rotular a atuação impetivista e descabida de legisladores como Lisâneas Maciel, Marcos Freire, João Cunha, Alberto Goldman, Paulo Brosard, Ailton Soares, Nelson Fabiano, Dias Menezes e outros, ultimamente, interessados na preservação dos «Direitos Humanos» e que, eleitos ostensivamente apoiados pelos comunistas, pagam o «apoio recebido» atacando as autoridades instituídas, desafiando-as e desacreditando-as.

Patriotas!
É chegada a hora de dizer-se um BASTA à corrupção e à subversão.

É chegada a hora de pressionarmos as autoridades para que apliquem sistematicamente o AI-5, como medida urgente de saneamento moral e de defesa das instituições.

Camões caboclo ataca o «Estadão» e o «Alemão»

Os Lusíadas
Homenagem especial aos 100 anos do Estadão e primeiro do Alemão

Carre o sangue dos mártires nas câmaras de tortura Pelo crime hediondo que cometeram — amar a pátria Corações feridos, a cavalo, atemorizam os passantes E outros em carros blindados com luzes, sirenes — possantes Anunciam novas prisões, novas humilhações — o «abertura»

Maldito castigo celestial a nós imoisto Quanta amargura, lágrimas quanto desgosto Quanta mentira difundida para enganar Dos que trabalham de sol o sol, de ano a ano

Traidores mercenários, lixo, retardados mentais Mancomunados com ratunhos cléricos Embalados pelos dólares do Rockefeller judeu Tapam os ouvidos de petróleo com cimento, com os pés, com a mão E dizem e deus. Deus dilect! Mas sem bases comerciais Chacras, armistio, ladrões da repressão, assedios do Alemão

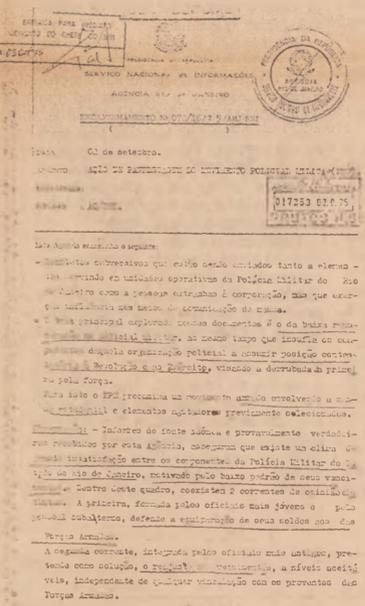
Falem tanto, Jupiter Saturnal Com estrondos, relâmpagos, trovão Do monte Olimpo iluminem o céu noturno Anunciando a fim do castigo, a morte do Alemão

Se o petróleo está na terra por que furam no mar? A quem querem enganar? Ou o dinheiro da pesquisa desviar Para o judeu Arthur Levy, testa de ferro do Rocky judeu Meu Deus! Quanta infâmia, quanta baxeza, quanta usura Será que tem rapão os gringos quando dizem: Latino es basuroa?

O salário da «compreensão», de participação, da traição É um edifício novo para o Estadão — outro para o JB Para os Blach, Frits e Marinhos — novas câmaras de TV. Máquinas gráficas novas para a Civita e o Mesquita E há quem não acredite! Santo Deus, que judeus.

Quatro bilhões de dólares em um ano, já remeteu ao seu patrão O Alemão imbecil, nomeado imperador pelos humoristas da CIA Oito bilhões de quilos de pó roubados da mesa dos que trabalham Oito bilhões de litros de leite roubados das mamadeiras dos recém-nascidos Quatro milhões de anjinhos mortos antes de um ano Quarenta milhões de semi-analfabetos — párias do universo Quatro milhões de crianças sem escolas, sem futuro Quatro milhões de putas e bichas na zona — sífilis, gonorréia — tarados caídas

Quatro milhões de novas «trambalhadas», anunciando a apocalipse Uma Itaipu inteira, Uma ferrovia eletrificada das Pampas ao Alasca Quarenta Universidades como a USP, 50 Hospitais das Clínicas SP Três submarinos fabricados em 1949 (o mundo inteiro morreu de tr.)



Esta Agência encaminha o seguinte:
— Panfletos subversivos que estão sendo enviados tanto a elementos de unidades operativas da Polícia Militar do Rio de Janeiro como a pessoas autônticas à corrupção, mas que não exercem influência nos meios de comunicação de massa.

— O tema principal explorado nesses documentos é o de baixa remuneração do policial militar, ao mesmo tempo que insufla os componentes daquela organização policial e assumem posição contestatória à Revolução e ao Exército, visando a derrubada da primeira pela força.

Para isto o MPM preconiza um movimento armado envolvendo a massa estudantil e elementos agitadores previamente selecionados.

Observação: Informes de fonte idônea e provavelmente verdadeiros recebidos por esta Agência, asseguram que existe um clima de grande insatisfação entre os componentes da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, motivado pelo baixo padrão de seus vencimentos.

Dentro deste quadro, coexistem duas correntes de opinião distintas. A primeira, formada pelos oficiais mais jovens (sic) e pelo pessoal subalterno, defende a equiparação de seus salários aos das Forças Armadas.

A segunda corrente, integrada pelos oficiais mais antigos, pretende como solução, o reajuste dos vencimentos, a níveis aceitáveis, independente de qualquer vinculação com os proventos das Forças Armadas.

Policial Militar
Você sabia?
— Que está ganhando menos do que um merda do Exército?
— Que você não está recebendo a gratificação que a lei lhe assegura?
— Que o horário expediente foi aumentado só para humilhá-lo?
— Que enquanto você ganha menos a escala de serviço fica mais apertada?
— Que no último ano foram excluídos mais de 500 companheiros?

Companheiro

A Polícia Militar pretende em breve desencadear um movimento armado para derrubar a revolução corrupta que escraviza e mata de fome o povo brasileiro. Esperamos contar com o seu valioso apoio para a nossa autêntica guerra revolucionária, pois você também está sendo prejudicado.

Prepare-se para o evento. Alerta seus companheiros. Colabore com sua pátria matando um general corrupto.

MPM (Movimento Policial Militar)

Planejamento para a contra-revolução.

Fazer levantamento dos endereços das autoridades que moram no Estado do Rio de Janeiro. Contatar com os líderes políticos.

Fazer levantamento das vias de acesso aos quartéis do Exército.

Contatar com os Universitários.

Analisar os pontos falhos na segurança dos quartéis do Exército.

Contatar com os líderes sindicais. Formar grupos com os simpatizantes do movimento.

Reunir todo o armamento disponível. Ação no dia D (na madrugada).

Tomar de assalto os quartéis isolados. Interditar as vias principais e prender as pessoas que se identificam como oficiais.

Libertar os presos políticos. Fornecer armas aos universitários.

Tomar as delegacias e distribuir as armas para o povo criar o caos no Estado.

Destruir o que foi do inimigo. Prender as autoridades anteriormente relacionadas.

Formar grupos de 3 em trajez civis. Colocar 2/3 da tropa na rua em grupos de 3 atuando como franco atirador.

MPM

O início do terrorismo na PM

A bomba que explodiu no 3º BM marcou o início do terrorismo na PM. O policial militar cansado de ser escravizado pelo Exército resolveu dar seu grito de independência. Agora Polícia Militar passará a sinônimo de insegurança. As ações violentas ocorrerão cada vez com maior intensidade e só cessarão quando a PM recobrar a sua dignidade, o que só será possível com a derrubada dos responsáveis pela situação atual.

De início aconselhamos os oficiais abaixo a detarem suas funções no prazo de 30 dias, ou serão justicados:

Cel Rosa — constituir-se no algô da PM. Representante do sistema montado para aniquilar a PM. Por não ter garbário para ocupar a função de Comandante Geral.

Cel Neyl — por ser pederasta passivo, indigno do oficialato. Por ser o maior traidor da Corporação, vergonha da nossa farda, mancha indelével na história da PM. Vil, canalha, pusilânime subversivo aos interesses verde-oliva.

MPM

